



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE COIMBRA

PROGRAMAS TURÍSTICOS NO PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA

Lara Micaela Sequeira de Almeida Leal

Relatório de Estágio Profissionalizante para obtenção do Grau de
Mestre em Ecoturismo

Orientador: Professor Ricardo Melo

Co-orientador: Professor Orlando Simões

Coimbra, 2015

Dedicatória

À minha amiga/irmã Catarina Peixoto,
A minha estrelinha que continuará a brilhar,
Agora no céu.

Agradecimentos

O documento agora apresentado foi possível graças ao contributo de todas as pessoas que comigo se cruzaram e que de uma forma ou de outra influenciaram a minha forma de ser.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe, dois seres humanos únicos e muito especiais, por tudo o que fizeram por mim e que com certeza vão continuar a fazer.

Agradeço ao meu Marido, Elias, por tudo o que me tem proporcionado, pelo amor, sorrisos, alegria e tranquilidade que trouxe à minha vida. E acima tudo pelo incentivo que me incutiu ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus orientadores, Professor Ricardo Melo e Orlando Simões, pela disponibilidade e pelo profissionalismo demonstrado na sua superior análise crítica do meu trabalho.

Agradeço à Paula Rodrigues, minha amiga, pelas sugestões dadas relativamente às metodologias e tratamento de dados a adotar no trabalho agora apresentado.

Um agradecimento final a todos os amigos que fazem me apreciar a vida como ela deve ser verdadeiramente apreciada, com vontade e energia.

Resumo

O presente relatório tem por base um trabalho de pesquisa, com vista à conclusão do Mestrado em Ecoturismo na Escola Superior Agrária de Coimbra.

O objectivo principal deste trabalho é a apresentação de quatro programas turísticos a serem desenvolvidos neste território aproveitando as qualidades naturais e únicas deste parque, com um público-alvo muito específico, as comunidades escolares dos três Municípios que fazem parte dos Municípios da Arrábida. Tendo como base a análise de competência turística do Parque Natural da Serra da Arrábida. A inclusão de atividades de animação turística (turismo ativo, turismo cultural), desenvolvido a partir das quatro fases básicas da gestão de projetos, incluindo: i) a análise/diagnóstico do potencial de um território para as práticas de turismo ativo e de turismo cultural; ii) planeamento de quatro programas de atividades turísticas com a duração de um dia e/ou meio-dia, com apresentação de um plano económico-financeiro; iii) avaliação dos programas, através da experimentação pelo grupo alvo, alunos das escolas dos municípios da arrábida. Para atingir estes objetivos foram recolhidas informação através da análise de registos nacionais e relatórios, sobre o Parque Natural da Arrábida (PNAr), local de implementação dos programas turísticos. Sendo este uma das mais antigas e emblemáticas áreas protegidas em Portugal, com uma enorme riqueza ambiental e características únicas as quais levaram à criação deste parque em 1976, abrangendo o território pertencente aos concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal. Através deste relatório é possível constatar o potencial turístico deste parque e através da análise dos programas apresentados as várias possibilidades de atividades turísticas aqui sugeridas ao nível do turismo ativo e cultural.

Palavras-Chave: TURISMO NATUREZA; TURISMO ATIVO; TURISMO CULTURAL; TURISMO PEDAGÓGICO, PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA, PROGRAMAS TURÍSTICOS.

Abstract

This report is based on a research, aiming the conclusion of the Master in Ecoturism of the Coimbra Superior School of Agriculture. The main purpose of this work is to introduce four tourist programmes to be developed in that territory taking advantage of the unique natural characteristics of the park, with a very specific target public: the school communities of the three councils that integrate the Arrábida territory. This report focuses on the analysis of the tourist competence of the Arrábida Natural Park. Data was collected through the analysis of national registers and reports in order to achieve the aforementioned objectives. Arrábida Natural Park (PNAr), the region where these tourism programmes are to be implemented, is one of the first and most emblematic Portuguese protected areas whose environmental richness and unique characteristics led to the creation of the park in 1976, covering an area that includes territories from the councils of Palmela, Sesimbra and Setúbal. It has long been the source of inspiration for many poets, who dedicated several of their poems to the region, and is now too my inspiration for this project. Over the last few years, it has grown in popularity and tourism appeal. It is a privileged place for the realization of activities of active and cultural tourism.

Key-words: NATURE TOURISM; ACTIVE TOURISM; CULTURAL TOURISM; PEDAGOGICAL TOURISM, ARRÁBIDA NATURAL PARK, TOURIST PROGRAMMES.

Índice Geral

Dedicatória.....	III
Agradecimentos	V
Resumo	VII
Abstract.....	VIII
Índice Geral	IX
Índice de Figuras.....	X
Índice de Tabelas.....	X
Índice de Quadros	X
Índice de Anexos.....	XII
Lista de Abreviaturas.....	XIII
Introdução	- 1 -
Capítulo I – Revisão da Literatura	- 5 -
Capítulo II – Metodologia do Projeto.....	- 15 -
Capítulo III – Análise da Competência Turística do PNAr	- 23 -
3.1 Caracterização da área de Estudo – Parque Natural da Arrábida	- 23 -
3.2 Indicadores de análise da competência turística	- 27 -
Capítulo IV – Programas Turísticos no PNAr	- 46 -
Programa 1 - As PAM'S no PNAr – Da sala de aula para o PNAr I.....	- 46 -
Programa 2 - As PAM'S no PNAr – Da sala de aula para o PNAr II	- 53 -
Programa 3 - Percorso Pedestre pelas Terras do Risco.....	- 59 -
Programa 4 – Navegando pelo PNAr	- 65 -
Considerações Finais	- 69 -
Referencias Bibliográficas	- 70 -
Anexos.....	XV

Índice de Figuras

FIGURA 1 - LIMITE DO PNARR.....	- 23 -
FIGURA 2 - ÁREA DE PROTEÇÃO ESPECIAL NO PNAR	- 25 -
FIGURA 3 - PERCURSO GERAL DO PROGRAMA 1	- 49 -
FIGURA 4 - PERCURSO PEDESTRE: CONVENTO DA ARRÁBIDA – MUSEU OCEANOGRÁFICO.....	- 50 -
FIGURA 5 - PERCURSO PEDESTRE: MUSEU OCEANOGRÁFICO - PRAIA DO PORTINHO DA ARRÁBIDA	- 50 -
FIGURA 6 - PERCURSO PEDESTRE: PRAIA DO PORTINHO DA ARRÁBIDA - FÁBRICA ROMANA DO CREIRO	- 51 -
FIGURA 7 - PERCURSO GERAL DO PROGRAMA 2	- 56 -
FIGURA 8 - PERCURSO PEDESTRE: CONVENTO DA ARRÁBIDA – MUSEU OCEANOGRÁFICO.....	- 56 -
FIGURA 9 - PERCURSO PEDESTRE: MUSEU OCEANOGRÁFICO - PRAIA DO PORTINHO DA ARRÁBIDA	- 57 -
FIGURA 10 - PERCURSO PEDESTRE: PRAIA DO PORTINHO DA ARRÁBIDA - FÁBRICA ROMANA DO CREIRO	- 57 -
FIGURA 11 – PERCURSO GERAL DO PROGRAMA 3.....	- 61 -
FIGURA 12 – VISIBILIDADE DOS PONTOS DE INTERESSE NO PERCURSO PEDESTRE PELAS TERRAS DO RISCO...	- 62 -
FIGURA 13 - ALTITUDE DO PERCURSO PEDESTRE PELAS TERRAS DO RISCO	- 63 -
FIGURA 14 - VISTA 3D DO PERCURSO PEDESTRE PELAS TERRAS DO RISCO	- 63 -
FIGURA 15 - PERCURSO GERAL DO PROGRAMA 4.....	- 67 -

Índice de Tabelas

TABELA 1 - INDICADOR DAS EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	- 28 -
TABELA 2 – INDICADOR DAS TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES.....	- 29 -
TABELA 3 - INDICADORES DO SISTEMA DE ALOJAMENTO.....	- 34 -
TABELA 4 – INDICADORES DO SISTEMA DE RESTAURAÇÃO	- 37 -
TABELA 5 – INDICADORES DO SISTEMA DOS RECURSOS NATURAIS	- 41 -
TABELA 6 – INDICADORES DO SISTEMA DOS RECURSOS CULTURAIS	- 42 -
TABELA 7 – INDICADORES DE TRANSPORTES E VIAS DE COMUNICAÇÃO.....	- 43 -

Índice de Quadros

QUADRO 1 - METODOLOGIA UTILIZADA NA COMPILAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS GLOBAIS DO PNARR	- 20 -
QUADRO 2 - TIPOS DE ATIVIDADES DE AR LIVRE / AVENTURA	- 30 -
QUADRO 3 - TIPOS DE ATIVIDADES CULTURAIS / TOUR PAISAGÍSTICO	- 31 -
QUADRO 4 - TIPOS DE ATIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS	- 32 -
QUADRO 5 – ESPÉCIES POSSÍVEIS DE IDENTIFICAR DO PNARR.....	- 39 -
QUADRO 6 – ESPÉCIES ENDÉMICAS POSSÍVEIS DE IDENTIFICAR DO PNARR	- 39 -
QUADRO 7 – IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS A VISITAR E RESPECTIVA TIPOLOGIA DOS RECURSOS PROGRAMA 1.....	- 46 -
QUADRO 8 – IDENTIFICAÇÃO DAS DISTÂNCIAS PERCORRIDAS PROGRAMA 1	- 47 -
QUADRO 9 – IDENTIFICAÇÃO DOS HORÁRIOS E RESPECTIVAS ATIVIDADES DO PROGRAMA 1.....	- 48 -
QUADRO 10 – IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O PROGRAMA 1	- 49 -

QUADRO 11 – IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS A VISITAR PROGRAMA 1	- 52 -
QUADRO 12 – IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS A VISITAR E RESPECTIVA TIPOLOGIA DOS RECURSOS PROGRAMA 2.....	- 53 -
QUADRO 13 – IDENTIFICAÇÃO DAS DISTÂNCIAS PERCORRIDAS PROGRAMA 2	- 54 -
QUADRO 14 – IDENTIFICAÇÃO DOS HORÁRIOS E RESPECTIVAS ATIVIDADES DO PROGRAMA 2.....	- 54 -
QUADRO 15 – IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O PROGRAMA 2	- 55 -
QUADRO 16 – IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS A VISITAR PROGRAMA 2	- 58 -
QUADRO 17 – IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE INTERESSE E RESPECTIVA TIPOLOGIA DOS RECURSOS PROGRAMA 3	- 59 -
QUADRO 18 – IDENTIFICAÇÃO DA DISTANCIA PERCORRIDA PROGRAMA 3	- 60 -
QUADRO 19 – IDENTIFICAÇÃO DOS HORÁRIOS E RESPECTIVAS ATIVIDADES DO PROGRAMA 3.....	- 60 -
QUADRO 20 – IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NECESSÁRIOS, PROGRAMA 3.....	- 61 -
QUADRO 21 – PONTOS DE INTERESSE REFERIDOS DURANTE O PERCURSO, PROGRAMA 3	- 64 -
QUADRO 22 – IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE INTERESSE PROGRAMA 4	- 65 -
QUADRO 23 – IDENTIFICAÇÃO DA DISTANCIA PERCORRIDA, PROGRAMA 4	- 66 -
QUADRO 24 – IDENTIFICAÇÃO DOS HORÁRIOS E RESPECTIVAS ATIVIDADES DO PROGRAMA 4.....	- 66 -
QUADRO 25 – IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NECESSÁRIOS, PROGRAMA 4.....	- 67 -
QUADRO 26 – QUADRO SÍNTESE DA CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE DO PATRIMÓNIO NATURAL DO PNARXV	
QUADRO 27 - NÍVEIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL NO PNARR, PARA ÁREA TERRESTRE	XVI

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.....	- 28 -
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AR LIVRE / AVENTURA REALIZADAS PELAS EMPRESAS, PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS TENDO EM CONTA A LOCALIZAÇÃO DA SEDE DAS EMPRESAS.....	- 31 -
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS / TOUR PAISAGÍSTICO REALIZADAS PELAS EMPRESAS, PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS TENDO EM CONTA A LOCALIZAÇÃO DA SEDE DAS EMPRESAS.....	- 32 -
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS QUE OPERAM ATIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS TENDO EM CONTA A LOCALIZAÇÃO DA SUA SEDE	- 32 -
GRÁFICO 5- DISTRIBUIÇÃO DOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS, PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS TENDO EM CONTA O SEU NÚMERO DE REGISTO.....	- 34 -
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS / TURISMO RURAL / PARQUES DE CAMPISMO PELOS RESPECTIVOS CATEGORIAS E MUNICÍPIOS	- 35 -
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS / TURISMO RURAL / PARQUES DE CAMPISMO E ALOJAMENTO LOCAL, PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.....	- 35 -
GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE PRATO TÍPICOS PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS	- 37 -
GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CASTAS E DE LICORES PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS	- 37 -
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE PRODUTOS LOCAIS PELOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS	- 38 -

Índice de Anexos

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE DO PATRIMÓNIO NATURAL DO PNAR	XV
ANEXO II- NÍVEIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL NO PNAR	XVI
ANEXO III – IDENTIFICAÇÃO DAS CONDICIONANTES NA PRÁTICA DE ATIVIDADES TURÍSTICAS NO PNAR	XVII
ANEXO IV – FICHA TIPO DOS PROGRAMAS TURÍSTICOS.....	XV
ANEXO V – LOCAIS DE VISITA DO PROGRAMA 1E 2	XVII
ANEXO VI – PONTO DE INTERESSA DO PROGRAMA 3	XXII

Lista de Abreviaturas

AP – Áreas Protegidas

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

ER-T-RL – Entidade Regional de Turismo de Lisboa

ENM – Estratégia Nacional para o Mar

ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

TA – Turismo Ativo

TN – Turismo Natureza

TC – Turismo Cultural

TP – Turismo Pedagógico

TS – Turismo Sustentável

PAM's – Plantas Aromáticas e Medicinais

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PNAr – Parque Natural da Arrábida

POPNA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida

PTN – Plano Turismo de Natureza

PNTN – Plano Nacional de Turismo de Natureza

PTPNA – Programas Turísticos no Parque Natural da Arrábida

RNT - Registo Nacional do Turismo

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

Introdução

Este relatório centra-se na organização de quatro programas turístico com objetivos educativos, duração variável, inclusão de atividade de animação turística (turismo ativo, turismo cultural), desenvolvido a partir das quatro fases básicas da gestão de projetos, incluindo: i) a análise/diagnóstico do potencial de um território para as práticas de turismo ativo e de turismo cultural; ii) planeamento de quatro programas de atividades turísticas com a duração de um dia e/ou meio-dia, com apresentação de um plano económico-financeiro; iii) avaliação dos programas, através da experimentação pelo grupo alvo, alunos das escolas dos municípios da arrábida. Este é aplicado ao destino - Parque Natural da Serra de Arrábida, o qual contempla três concelhos: Setúbal, Palmela e Sesimbra.

Nos dias de hoje, o turismo é uma das maiores indústrias mundiais, suportando mais de 258 milhões de empregos e produzindo 9,1% do PIB mundial (WTTC, 2011). O turismo pode dividir-se em vários sectores. Um deles é o ecoturismo ou turismo de natureza, que nos últimos anos tem tido um crescimento três vezes superior comparativamente à indústria do turismo (TIES, 2006).

Com um crescimento tão rápido tem sido necessário encontrar cada vez mais respostas, no sentido de conhecer melhor e valorizar o património local, estimar e desvendar com altivez. É através da junção do turismo ativo, com a natureza e as atividades pedagógicas, que se encontrou uma das formas de promover diretamente este local.

O Turismo Natureza (TN) tem apresentado um significativo crescimento nas últimas décadas, este novo tipo de turismo, integra-se no conceito de Turismo Sustentável (TS), que procura conciliar os objetivos económicos com os recursos naturais (Silva, 2002).

O TN é segundo a legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 186/2015 de 3 de setembro)¹, aquele que é realizado/prestado em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP), que ocupam cerca de 12% superfície terrestre (Dudley, 2008) e 8% do território nacional (Estevão, 2010). Estas áreas podem ser definidas como locais perfeitos para as atividades turísticas com forte ligação à natureza e à pedagogia, devido às suas características geomorfológicas (como por exemplo, montanhas, vales, rochas, falhas e por vezes declives muito acentuados) e aos valores naturais e culturais, que são a razão da sua classificação. A importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes ao território das AP e a crescente procura destes locais para atividades

¹ O presente decreto -lei procede: b) À segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 108/2009

de recreio e lazer em contacto direto com a natureza e com as culturas locais fazem com que estes espaços se constituam como novos destinos turísticos.

O turismo nestas áreas não deve ser proibido, mas sim promovido de uma forma responsável dada a sensibilidade dessas zonas. Neste sentido, alguns governos estão a tornar o turismo em AP uma componente bastante importante nas suas políticas, uma vez que estes têm um potencial enorme para ajudar a preservar o património natural e cultural (IUCN, 2011).

Isto só é possível com uma gestão eficaz e para atingir tal propósito, torna-se fundamental uma avaliação prévia da competência turística, destes locais, em prol de um desenvolvimento equilibrado e ajustado à oferta e à procura do destino, uma maior valorização e sentido de responsabilidade, no âmbito de preservação e sua divulgação, junto das comunidades mais próximas destas AP.

Âmbito e objetivo

Este trabalho justifica-se em primeiro lugar, pela paixão e encanto que foi despertado na autora, aquando da descoberta pessoal do território onde se insere o estudo, por circunstâncias profissionais ser a região onde atualmente reside e a temática ter uma forte ligação à sua atividade profissional como docente. O TA/TN, TC e TP são do interesse particular desta que, ao realizar este relatório, combina o seu trabalho desenvolvido ao longo da sua formação académica na área do Ecoturismo, ao mesmo tempo o sentimento de necessidade de partilha e contemplação sustentável da zona PNAr, o qual apresenta enormes valores naturais, patrimoniais e paisagísticos. Justifica-se a escolha do público-alvo pela proximidade deste à área de estudo e por sua vez a importância que existe em promover e divulgar esta mesma área junto das comunidades escolares, quer ao nível do conhecimento mas também ao nível da sensibilização ambiental, mas também com incentivo que estes num futuro próximo passem a ser agentes importantes na promoção e proteção desta área.

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido ao aparecimento de inúmeras iniciativas de promoção e desenvolvimento do Parque. Por exemplo o número crescente de empresas de animação turística a operarem no PNAr, o que reflete a aposta nas atividades de fruição de tempos de lazer e na atividade turística neste território, ao mesmo tempo a divulgação do Parque nos vários meios de comunicação social (revistas nacionais e internacionais e canais televisivos), a recente candidatura da parte da Associação de Municípios da Região Setúbal (AMRS) a Reserva Mundial da Biosfera, mostrando

desta forma a sua aposta em proteger e promover este património, a nível ambiental e turístico. E ainda a criação da marca “Arrábida” pela Entidade Regional de Turismo de Lisboa (ER-T-RL), em conjunto os municípios e outras entidades da região de Setúbal. Pretende-se assim que este trabalho seja um passo importante para a análise da competência turística do PNAr e apresentação de uma proposta de atividades a serem desenvolvidas neste território. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo:

- 1) A análise/diagnóstico do potencial do território para as práticas de turismo ativo e de turismo cultural;
- 2) Planeamento de programas de atividades turísticas, no âmbito do turismo ativo e do turismo cultural, tendo como base a aplicação destas junto das comunidades escolares dos Municípios da Arrábida, com distintas durações.

Por outras palavras, procura-se através deste trabalho, encontrar pistas ao nível das oportunidades turísticas deste território, que tem apresentado nos últimos anos um desenvolvimento exponencial na sua procura turística. Espera-se também que este relatório possa ter um contributo positivo no seu desenvolvimento sustentável e num futuro próximo um superior aproveitamento das suas qualidades, a passagem de conhecimento e valorização entre gerações.

O relatório foca-se inicialmente na Análise da Competência Turística do PNAr e posteriormente na apresentação de programas de atividades turísticas, para os alunos das escolas pertencentes aos três Municípios da Arrábida. Apesar destas estarem projetadas para este tipo de público-alvo, podem ser aplicadas noutros públicos-alvo, havendo para estas situações a necessidade de ajustes técnicos nas respetivas atividades. Para atingir estes objetivos tornou-se importante a definição de outros objetivos, tais como:

1. Compilação da informação possível sobre os recursos turísticos globais que existem com relação direta e indireta com o PNAr;
2. Identificar as empresas que atuam no PNAr, no domínio do TA/TN e TC;
3. Identificar os tipos de atividades praticadas;
4. Identificar o património natural e cultural do território;
5. Identificar as várias componentes turísticas;

Organização do Relatório

Este inicia-se com um enquadramento ao tema, onde se pretende dar a conhecer o contexto, o propósito do estudo e a sua finalidade.

Após este enquadramento o relatório está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo faz-se uma revisão da literatura, na qual se definem e inter-relacionam temas como turismo, natureza, cultura e pedagogia. Estes assumem-se como principal ponto de partida do relatório.

Por sua vez, no segundo capítulo, é designada a metodologia adotada para a realização do estudo. Nele definem-se os indicadores e o respetivo Framework utilizado para a análise de competência turística do PNAr e por fim apresentada a didática na construção dos programas turísticos.

O terceiro capítulo apresenta a análise de competência turística da área de estudo, onde é possível encontrar a caracterização da área de estudo, os seus valores naturais e o seu Plano de Ordenamento.

O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos através da análise dos instrumentos de recolha de dados utilizados. Tornando possível a obtenção e apresentação dos três programas turísticos distintos para o PNAr

Para finalizar, as conclusões do relatório assumem-se como uma síntese dos resultados e das medidas e estratégias, assim como do cumprimento dos objetivos.

Capítulo I – Revisão da Literatura

O turismo é um dos sectores mais importantes para a economia nacional e com um forte impacto positivo no PIB e apresentando ao longo dos tempos uma tendência crescente.

A influência do turismo no desenvolvimento da economia é um fato e muitas vezes uma questão de sobrevivência, com influência em diversos sectores de serviços. O peso do turismo na economia nacional tem vindo a crescer, sendo atualmente considerado uma componente estratégia de primeira importância no desenvolvimento económico de Portugal.

O turismo pode ser visto como uma forma de ocupação de tempos livres, do trabalho, das obrigações familiares e sociais, de cuidados pessoais. Este sector integra o conceito de recreio, sendo atualmente reclamado como um direito, uma necessidade básica e vital (Cavaco, 2006; Cunha, 2007).

Todavia, o turismo não é apenas a reação ao stress e à rotina diária, a rutura clara com os espaços de vivência habituais, a descoberta de lugares novos e diferentes, é de facto um novo mundo de descobertas e aventuras.

Segundo Cunha (1997), as várias distinções, que se fazem entre os tipos de turismo, prendem-se com as motivações e as intenções dos viajantes. Distinguem-se vários tipos de turismo, devido à grande variedade de motivos que levam as pessoas a viajar. Os diferentes tipos de turismo têm vindo a evoluir para novos segmentos de mercado como consequência da diversificação das motivações das pessoas na escolha das suas viagens. As tendências identificadas, das quais algumas já consolidadas e outras apenas tenuemente reconhecidas, apostam no aumento da procura nos domínios do lazer e do turismo face à maior disponibilidade (temporal, mental, económica, etc.), à necessidade (intelectual e emocional, etc.), à facilidade e à oportunidade, ou seja, existem cada vez mais indivíduos a praticar atividades turísticas, com uma frequência também crescente, o que se traduz num incremento de entidades que desenvolvem estas práticas e uma das consequências destes tipos de comportamentos, têm aparecido novos tipos de turismo.

Segundo Rollins, Eagles, e Dearden (2009), o turismo sempre foi uma atividade heterogénea com diferentes tipos de turistas, atrações e motivações. A classificação turística é complexa, e foram já muitas as tentativas de discorrer acerca da classificação de um setor que, em termos económicos, ocupa um lugar muito importante nas economias mundiais.

Da classificação destas atividades, surgem os segmentos turísticos associados ao usufruto da natureza, onde diferentes visões que dão origem a diferentes classificações em função da característica (e.g. motivação; espaço físico) que se assume como primordial. A base da classificação singular relativamente bem aceite e é traduzida sob o conceito de **Turismo de Natureza (TN)**. Considerando esta subdivisão Rollins et al. (2009), entendem o TN como aquele que é desenvolvido em áreas naturais e cujos objetivos da visita se centram sobretudo na (i) aventura (com ênfase na atividade), (ii) na natureza (com ênfase no simples contato e deslumbre de paisagens), (iii) vida selvagem (com ênfase no visionamento da vida selvagem) e o (iv) ecoturismo (com ênfase em atividades e elementos relacionados com a conservação da natureza).

Em Portugal, os diferentes governos têm vindo a reconhecer a importância do desenvolvimento turístico através de estratégias nacionais de desenvolvimento, e o espaço natural, assume-se como uma aposta a vários níveis. Considerando o contexto nacional, O Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), publicado pela primeira vez em 1998, apesar da sua reduzida efetividade, incluiu o turismo de natureza no panorama nacional e em 2015 publica o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)², o qual constitui uma estratégia de promoção do turismo de natureza, definindo os objetivos a prosseguir e as ações que devem ser concretizadas. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (Turismo de Portugal, 2007, 2011) também reconheceu a importância do TN para o desenvolvimento económico, e os desportos de natureza, recebem um claro destaque na diversidade de produtos. Outros documentos estratégicos nacionais não relacionados diretamente com o setor turístico, como a Estratégia Nacional para o Mar (ENM, 2007), ou a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2008) focam de forma bem clara, a importância da atividade turística como vetor para o desenvolvimento sustentável, através da valorização e diversificação económica, a coesão social e a proteção ambiental. Estes são apenas alguns dos indicadores que levam a pensar acerca da adequação e da pertinência de um investimento mais profundo no setor do ambiente e na sua associação com as atividades turísticas, isto porque, apesar da literatura internacional ser claramente vasta ao nível da compreensão dos benefícios do turismo em espaços

² Resolução do Conselho de Ministros N.º 51/2015 - Diário da República N.º 140/2015, Série I - Presidência do Conselho de Ministros

naturais, julgamos que a consideração da especificidade das atividades na de natureza enquanto produto/serviço ainda merece alguma atenção.

A conceção de produtos turísticos de qualidade, assim como, o seu planeamento e enquadramento nas potencialidades naturais, culturais e socioeconómicas de determinada região, são aspetos fulcrais a ter em conta no futuro do desenvolvimento do TA.

É em função da motivação do turista que emergem outros segmentos como o **Turismo Ativo (TA)**, também identificado por Turismo de Aventura, Turismo Desportivo (que não é exclusivo da subdivisão “natureza”), Ecoturismo e outros menos utilizados como o Turismo Verde (Baud-Bovy & Lawson, 1998; Beedie & Hudson, 2003; Rollins et al., 2009; Torres, 2004; Turco, Riley, & Swart, 2002; Weed & Bull, 2004). A definição de cada um destes segmentos, sugere sobretudo a interação ativa entre o turista e o meio ambiente (Beedie, 2003; Torres, 2004) demonstrando assim uma ligação muito íntima destes segmentos do turismo, o TN e o TA.

Tendo em conta o Decreto-Lei nº 47/2009 de 16 de Fevereiro, alterado pelo D.L. nº56/2002, a noção de TN:

1 — Turismo de natureza é o produto turístico, composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, adiante designadas por áreas protegidas.

2 — O turismo de natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.

O presente relatório incide sobre o TN, definido pelo decreto-lei acima citado, ou seja todas atividades que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

Apesar de ter optado para este relatório a designação de “Turismo Ativo”, diversos conceitos foram propostos ao longo do tempo para definir as atividades praticadas na natureza. Em seguida apresento alguns deles, com base na classificação dos autores

Bessy e Mouton (2004) citado por Melo (2009), Miranda *et al.* (1995) e Bétran e Bétran (1995):

i) “*Atividades de ar livre*” – surge na segunda metade do século XIX e tem como definição a atividade física em meio natural;

ii) “*Atividades de ar livre e exploração*” – esta designação surge em Portugal no início dos anos 80, sob a ideia de um conjunto de atividades que estabelecem o contacto entre o homem, a natureza e os seus elementos naturais;

iii) “*Atividades físicas de natureza*” – é uma proposta que surge entre a década de 80 e 90, onde o praticante tem o objetivo de progredir na natureza, existindo um risco associado à incerteza do meio;

iv) “*Desportos de aventura*” – é uma designação muito semelhante à anterior, na qual os desportos respeitam um conjunto de regras e são praticados dependente do aparecimento de situações imprevistas na natureza;

v) “*Desportos radicais*” – são atividades associadas a fatores de risco, que estão relacionadas com habilidades “radicais” e que confrontam por vezes as forças da natureza.

vi) “*Desportos de deslize*” – são atividades que utilizam as energias da natureza como um meio de propulsão;

vii) “*Atividades físicas de aventura na natureza*” – como o nome indica, são de maiores ou menores cargas, têm associados o risco e a aventura e desenrolam-se em meios naturais. Esta é uma denominação semelhante à de desportos de natureza, porém não associa as atividades à preservação da natureza.

De acordo com alguns autores como, Priskin (2001), Lewis *et al.* (2011) e Rogers (2011) o TA é dos segmentos mais importantes e com maiores crescimentos na indústria do turismo. No caso de Portugal, é possível que o TA tenha uma taxa de crescimento anual de 11% durante esta década, um valor superior à taxa de crescimento do TA a nível europeu, previsto de 7% (AEP, 2010).

Este crescimento poderá dever-se a uma nova consciência ecológica que estará a surgir nas sociedades modernas, depois de tantos anos de exploração dos recursos e destruição

da natureza, eis que surge a necessidade de contrabalançar e começar a entender a natureza como um elemento vital nas nossas vidas (Mota, 2006). Com uma perspetiva diferente Ruschmann (1997) refere que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e a sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “procura do verde” e o escape dos grandes aglomerados urbanos, pelas pessoas que tentam recuperar o seu equilíbrio psicofísico em contacto com ambientes naturais durante os seus tempos livres.

Estes diferentes pontos de vista justificam o crescimento, da procura do TA, que pode influenciar o aumento, ou a diminuição tanto das potencialidades como dos riscos para o ambiente.

A atividade turística contribui para modificar espaços, tanto mais, quanto mais intensos e concentrados forem os fluxos e o TA não é exceção. A nível ambiental a afluência e permanência humana por si só, já se faz sentir em espaços ambientalmente mais sensíveis, e como tal, a atividade turística só pode ser eficiente e viável num médio e longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos ou melhorados. Contudo, a atividade turística não implica necessariamente ou apenas impactos negativos sobre o meio ambiente, podendo mesmo contribuir para a conservação e valorização do património ambiental e promover uma maior consciencialização ambiental dos cidadãos. Neste caso em particular através das atividades de animação turística realizadas nas áreas protegidas, que segundo a legislação portuguesa³ são denominadas por:

- a) «Atividades de turismo de ar livre», também denominadas por «atividades outdoor», de «turismo activo» ou de «turismo de aventura», as atividades que, cumulativamente:
 - i) Decorram predominantemente em espaços naturais, traduzindo -se em vivências diversificadas de fruição, experimentação e descoberta da natureza e da paisagem, podendo ou não realizar -se em instalações físicas equipadas para o efeito;
 - ii) Suponham organização logística e ou supervisão pelo prestador;
 - iii) Impliquem uma interacção física dos destinatários com o meio envolvente;

O turismo desenvolvido nos espaços naturais, sobretudo numa escala local/regional, tem um carácter inclusivo, baseado na participação ativa dos diferentes Stakeholders do

³ Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de Julho

turismo. Neste aspeto, a gestão dos espaços turísticos com apetência para a prática desportiva é caracterizado por processos de gestão colaborativa ou participativa e os benefícios destas aproximações, ultrapassam a vertente económica, surgindo um conjunto de vantagens para os stakeholders envolvidos, associadas à educação, desenvolvimento, socialização e a vontade, de, em partilha, lutar por um bem comum. Exemplos destas aproximações são atualmente desenvolvidas em muitos países do mundo e sobretudo em **Áreas Protegidas (AP)** (Haukeland, 2011; Khadka & Nepal, 2010; Medeiros de Araujo & Bramwell, 1999; Miller, Rathouse, Scarles, Holmes, & Tribe, 2010; Pimbert & Pretty, 1995; Stringer et al., 2006; Xu, Lü, Chen, & Liu, 2009). Segundo WDPA (2014), as AP representam locais que recebem proteção devido ao seu valor ambiental, cultural ou outro valor semelhante. Podendo ir desde as mais altas montanhas até às águas mais profundas, entre florestas, desertos, lagos e até mesmo fronteiras nacionais.

São cada vez mais reconhecidas como prestadores de serviços essenciais a ecossistemas e recursos biológicos. Neste momento cobrem quase 12% da superfície terrestre do mundo e são uma esperança, que contraria o que às vezes mais parece um cenário deprimente e em declínio tanto a nível ambiental como social (Dudley, 2008) e (UNEP-WCMC, 2003).

As áreas protegidas foram criadas com o objetivo de preservar habitats, espécies, paisagens e pontos de interesse ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural (Abreu, 2011). Antes de se criar a primeira área protegida, o Parque Yellowstone nos EUA em 1872 (NPS, 2011), já na época renascentista os reis e governantes da Europa reservavam determinadas áreas, tipicamente como reserva de caça real (Eagles *et al*, 2002). No século XX as áreas protegidas começaram a multiplicar-se um pouco por todo o mundo, figura 2, de tal forma, que em 1933, se realiza a primeira conferência sobre Parques Nacionais, em Londres (IUCN, 2004).

Em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 142/2008, são definidas as seguintes categorias e tipologias de AP: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural.

É importante referir que nem todas as AP são geridas de igual forma, nem segundo as mesmas linhas orientadoras e objetivos, podendo variar de acordo com o tipo de bem a proteger e com o estado em que se encontram, existindo diferentes níveis de proteção,

que podem permitir ou não a presença humana em algumas zonas das AP (Abreu, 2011).

As AP são, cada vez mais, zonas prediletas para a escolha de destinos turísticos, para quem vai à procura de novas experiências em locais onde consiga estar em harmonia com a natureza. Nesses locais onde a natureza e a biodiversidade são o atrativo principal é necessário ter consciência tanto das potencialidades como dos riscos do turismo, de modo a que o espaço visitado conserve os seus valores naturais.

Num sentido genérico, o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em **Turismo Cultural (TC)** parece ser uma confirmação. Porém, sob o meu ponto de vista, é pertinente falar de “turismo cultural” em sentido estrito, porque face ao turismo convencional e de massas, o TC significa uma reação contra a banalização social e o excesso de mercantilização. A “National Trust for Historic Preservation” (1993), define o TC, do ponto de vista da procura, como “a prática de viajar para experimentar atrações históricas e culturais com o fim de aprender sobre o passado de uma região ou um país, de uma maneira divertida e informativa”. Nesta definição o que se sublinha é uma visão historicista do TC, definido como um olhar experimental sobre o passado. Num ponto de vista mais crítico, sabemos que o TC produz, vende e consome também o “presente” (Richards, 2001), mas também que é desde o presente que atribuímos valores aos legados culturais.

Na Carta de Turismo Cultural do ICOMOS (1976), o TC define-se como um facto social, humano, económico e cultural irreversível. É uma forma de turismo que tem por objeto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do património cultural. Exerce um efeito positivo sobre estes porque contribui para a sua conservação, mas também corremos riscos de provocar efeitos negativos que devem ser evitados por meio da educação e de medidas políticas concretas.

O turismo cultural é entendido como um tipo de turismo “experiencial” através do qual os turistas contactam com produções culturais (ex.: artes visuais, artes manuais, festivais, festividades, etc.) e com património cultural (sítios históricos, paisagens, arquiteturas, “bens patrimoniais imateriais”, etc.). Este tipo de turismo é uma das prioridades da União Europeia (ex.: Plano de Ação de Apoio ao Turismo de 1993-1995), mas só desde o Tratado de Maastricht em 1991 (Richards, 2001: 5), no qual se define a importância dele para o desenvolvimento turístico.

No Séc. XVI, com a reforma protestante, o homem inicia uma mudança de mentalidade e a interessar-se pelo mundo, a procura de novos conhecimentos. Nesta época quem realiza estas viagens são os nobres e filhos de comerciantes que tinham ótimas condições financeiras, e com o objetivo conhecer novas culturas para completar a sua base educacional, para que num futuro próximo estes transformassem-se em ícones na educação e cultura dando-lhes status intelectual, na sociedade da Idade Moderna. O Grand Tour era restrito aos homens que tinham normalmente 25 anos, muito raramente as mulheres viajavam. É pertinente destacar o papel da imprensa nessa época, quando produziram os primeiros textos sobre as viagens, foram distribuídas em todos os locais da Europa. Essas primeiras publicações serviram para despertar o interesse das viagens nas pessoas. E é justamente isso que propõe a educação moderna, baseada aqui na teoria construtivista, uma vez que exige novos cenários e novas experiências, visando a formação integral do ser humano. Assim sendo, o **Turismo Pedagógico (TP)** é uma das formas para alcançar esse objetivo, tem a capacidade de interligar a aprendizagem com o entretenimento. Trata-se de uma educação diferenciada, que vai ao encontro de um mundo melhor, da qualidade de vida e da preservação dos recursos naturais, culturais e ambientais.

Nota-se que esta conceção sofreu adaptações no decorrer dos anos e nos dias de hoje ainda há um conjunto de confusões de ordem semântica e metodológica, havendo outros conceitos utilizados como: Turismo Educativo e Turismo Educacional. Peccatiello (2005) ressalta que o TP é uma estratégia de ensino-aprendizagem que utiliza o ambiente como material didático, que tem a capacidade de promover a abordagem de conteúdos de diversificadas disciplinas simultaneamente, ou seja, promove a interdisciplinaridade. Esta característica compreende a inter-relação entre as disciplinas e também a interação entre ciência e o ser humano, convergindo para a formação de pessoas mais críticas, não apenas com condições para reproduzir, mas também para produzir conhecimento e, por conseguinte, capazes de desenvolver a ciência e não, simplesmente, absorvê-la.

O TP constitui-se como um instrumento para os pedagogos, pois segundo Perinotto (2008), nesse contexto o professor atinge objetivos didáticos de forma lúdica, as atividades são desenvolvidas através de brincadeiras e entretenimento. Podemos ainda acrescentar que para além disso, pode ser responsável pelo fortalecimento do setor

turístico, evitando a sazonalidade, que de acordo com Raykil e Raykil (2004), situação esta que atinge atualmente muitos locais.

Este tipo de turismo propõe atividades diferenciadas das convencionais, sugerindo aos alunos, maior vontade de aprender, transformando assim o processo de ensino mais agradável, despertando o interesse destes e motivando os professores, além de demonstrar a realidade de uma região. O TP entra em ação quando há a deslocação de pessoas à procura de novos conhecimentos e/ou complementação do mesmo, com o aproveitamento dos recursos, ao nível do património histórico, cultural entre outros. São viagens direcionadas para o estudo do meio para que os alunos mostrem a sua criatividade e a capacidade de um conhecimento mais amplo das matérias, através de atividades práticas. A metodologia vivencial numa viagem/atividade pode ser uma importante estratégia didática para que os alunos tenham a oportunidade de construir o seu conhecimento. O TP vem como uma ferramenta na dimensão educacional, para enriquecer e valorizar essa capacidade, pelo visível, pelas descobertas, à procura de uma maneira diferente de transformar a sala de aula que hoje torna-se cansativa em aula prática e realista. Este tipo de ensino é muito semelhante à atividade turística, o estudo do meio pretende transformar as aulas em passeios, transportando os alunos para diferentes lugares, com a finalidade de estudo. Essas “aulas-passeio” colocam os alunos em interação com o meio, originando um círculo de relações sociais, económicas e culturas interligadas, as quais permitem caracterizar esse tipo de atividade como uma forma de lazer e turismo aplicados à educação. Por esse motivo, engana-se quem pensa que o TP é uma mera excursão. Isso porque as atividades envolvem o aprendizado e têm horizontes bem mais amplos que uma simples saída cultural para um museu ou parque, já que sua proposta é integrar uma ação fora dos muros da escola ao currículo, reforçando, assim, conteúdos vistos em classe.

Visto isto, não é descabido mencionar que o TP é uma das ferramentas da educação ambiental que, na prática, demonstra a teoria das salas de aula. Pode ser vivenciado junto à natureza onde os alunos entram em contacto com a comunidade local, sentem as dificuldades do quotidiano da localidade e adquirem novos conhecimentos e informações sobre o espaço natural, interagindo com os atrativos / recursos turísticos visitados. Tudo isto aliado à interpretação do património, sendo “...um processo que acrescenta valor à experiência do turista, pelo meio de fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um

local.” (Mura & Goodey, 2002), este vista em estimular as suas várias formas de olhar e apreender o que lhe é estranho. O principal foco da interpretação do património é estabelecer uma comunicação efetiva com o turista, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do património e o desenvolvimento cultural das comunidades locais. Como é mencionado pelo “pai da interpretação”, Freeman Tilden, é extremamente importante otimizar a experiência do turista, estimulando o seu olhar, provocar curiosidade e levá-lo a descobrir a magia do lugar.

A análise da competência do destino que se pretende com este trabalho e por sua vez a apresentação dos programas turísticos são centrados na junção dos conceitos anteriormente aqui apresentados: Turismo Ativo, Turismo de Natureza, Turismo Cultural e Turismo Pedagógico, executados nas áreas protegidas. Pretendo demonstrar como estes conceitos têm uma forte ligação entre si e os quais têm uma enorme influência nas áreas protegidas, quando utilizados de uma forma adequada à área e de certa forma promovendo esta, sensibilizando os cidadãos para o respeito e para a convivência com a natureza.

Com a maior consciencialização ambiental dos consumidores que exigem cada vez mais destinos limpos, seguros e ambientalmente saudáveis (OMT, 1998). A AP que este trabalho incide é sem dúvidas a ideal para analisar os recursos, para a prática destes tipos de turismo. Segundo Ceballos-Lascuráin (1996) o turismo de natureza depende da qualidade do meio natural, ou de alguma característica particular do mesmo, sendo frequentemente a principal atração para os turistas. Para Silva (2002) os destinos turísticos que têm mais sucesso são aqueles que possuem interesses diferentes como: uma fauna e uma flora selvagens, paisagens grandiosas, sítios históricos pouco explorados, comunidades com tradições únicas e também aqueles que possibilitam a prática de atividades diversas ao ar livre. No PNAr é possível observar esta riqueza que é comprovada entre outras pelas inúmeras visitas de que a região é alvo por parte de escolas e universidades, pelos trabalhos ali desenvolvidos por alunos finalistas de diversas licenciaturas, e pelos estudos de especialistas nacionais e estrangeiros, o que demonstra bem o seu interesse pedagógico e científico. Existe um número apreciável de publicações de carácter científico, sob a forma de livros, teses de doutoramento, mestrado e licenciatura e, sobretudo, artigos em revistas da especialidade, nacionais e internacionais, de autores portugueses e estrangeiros. É possível identificar esta importância e qualidade dos recursos, através da análise do POPA, no respetivo quadro de classificação de interesse (V. Anexo I).

Capítulo II – Metodologia do Projeto

A identificação e caracterização do território abrangido pela investigação realizou-se com base na análise documental, nomeadamente do Plano de Ordenamento do PNAr, dos relatórios deste plano e da informação recolhida no site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Para a análise da competência turística do PNAr, a recolha de informação foi realizada com base nas dimensões de análise de competência do destino definidas por Martin & Encinas (2005), tais como:

- a) Empresas de animação turística - recolha de informações sobre as empresas de animação turística (Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de Julho) que operam no território em análise;
- b) Recursos naturais - recolha de informações sobre sítios naturais (florestas, penhascos, riachos, etc.), áreas de lazer, recursos geológicos e hidrográficos (montanhas, rios, etc.), podendo incluir-se também os centros de interpretação, quintas pedagógicas, entre outros;
- c) Sistema de alojamento - recolha de informação sobre as diferentes tipologias de empreendimentos turísticos (Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 15/2014, de 23 de Janeiro e pela Declaração de Retificação nº 19/2014, de 24 de Março) existentes no território, no que diz respeito ao número de alojamentos, a sua capacidade (número de camas) e os seus serviços/qualidade (estrelas);
- d) Sistema de restauração - recolha de informação sobre pratos típicos, vinhos e licores, produtos locais, e sobre a oferta em função da respetiva categoria de restaurante e modalidade (em alojamento, em instalações desportivas, em centros comerciais, independentes, etc.);
- e) Recursos Culturais (Património artístico, histórico e cultural) - recolha de informação sobre museus, galerias, edifícios qualificados, monumentos (catedrais, igrejas, castelos, conventos, palácios, santuários, mosteiros, etc.), sítios arqueológicos (fortificações, paredes, fortalezas, cemitérios, menires, etc.), entre outros, artesanato (produtos de madeira, cerâmica, mármore, vidro, metal, peles e couro, têxteis, joias, instrumentos

musicais etc); Festas e tradições (bailes populares, romarias, etc.) e tradições (costumes, jogos tradicionais, etc.) que se celebram no território;

f) Transporte e comunicações – recolha de informação sobre a capacidade de acesso por via aérea, terrestre e aquática, distância para as principais cidades e pontos de transporte internacional (aeroporto, estação de comboio, etc.).

Para cada um destas dimensões foi utilizado um conjunto de indicadores com características e escalas territoriais específicas. Para alguns indicadores foi possível utilizar a escala territorial do PNAr. Para outros, visto haver muitas restrições na área de gestão/construção na área de implementação do Parque Natural, sentiu-se a necessidade de alargamento para a escala dos Municípios de Setúbal, Sesimbra e Palmela, nos quais se insere o PNAr.

Os indicadores e as suas respetivas características utilizadas, foram:

- a) Empresas de animação turística dos Municípios da Arrábida, que tenham licenciamento para operarem na área do PNAr ou seja, que estejam registadas no Registo Nacional do Turismo (RNT)⁴, como agentes de animação turística. Nesta recolha de dados, efetuada através da consulta do site do RNT, foram selecionadas as seguintes referências, para as empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos:
 - i) Localização:
 - Região de Setúbal;
 - Distrito de Setúbal, Sesimbra e Palmela;
 - ii) Agentes de Animação Turística:
 - Empresa de Animação Turística;
 - Operadores Marítimo
 - iii) Atividades de Animação Turísticas:
 - Turismo de Ar Livre / Aventura;
 - Turismo Cultural/ Touring Paisagístico e Cultural;

⁴ Portaria 1087/2010 de 22/10 - Regulamenta o Registo Nacional de Turismo (RNT) e define o âmbito e as suas condições de utilização.

- Marítimo-Turísticas;

iv) O Agente Tem:

- Reconhecimento da atividade de Turismo Natureza

Tendo em conta o fato da área de estudo ser um parque natural, a referência do ponto (iv), indica especificamente as empresas que podem operar no PNAr tendo em conta a legislação em vigor referente ao Turismo de Natureza⁵, ou seja o único tipo de turismo possível de ser praticado nestas áreas protegidas pelas empresas com o reconhecimento de praticar atividades de Turismo de Natureza. As empresas de animação turística para terem tal reconhecimento de turismo de natureza, para além do pedido ao Turismo de Portugal, I.P. são obrigadas segundo a Portaria n.º 651/2009 de 12 de Junho, a apresentar uma declaração de adesão formal ao código de conduta e de uma autorização ou parecer vinculativo da direção do PNAr.

b) Sistema de alojamento, recolha de informação sobre as diferentes tipologias de empreendimentos turísticos e alojamento local existentes à escala dos Municípios da Arrábida, no que diz respeito ao número de alojamentos, à sua capacidade (número de camas) e os seus serviços/qualidade (estrelas). Que se encontram registadas no RNT, como Empreendimentos Turísticos e Alojamento Local. Nesta recolha de dados, efetuada através da consulta neste site do RNT, foram selecionadas as seguintes referências, para os Empreendimentos Turísticos:

i) Localização:

- Região de Setúbal;
- Distrito de Setúbal, Sesimbra e Palmela;

ii) Tipologia:

- Todas;

iii) Categorias:

- Todas;

⁵ Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11/03, que altera o Decreto-Lei n.º 47/99 de 16.02, que regula o Turismo de Natureza. Tendo em conta ainda o DL 108/2009 que revogou os números 2 e 3 do artigo 2.º e os artigos 8.º, 9.º e 12.º.

iv) Capacidade:

- Qualquer;

Para a informação recolhida referente ao Alojamento Local, foram selecionadas as seguintes referências:

i) Localização:

- Região de Setúbal;
- Distrito de Setúbal, Sesimbra e Palmela;

ii) Modalidade:

- Todas;

c) Sistema de restauração - recolha de informação de forma a quantificar os pratos típicos, vinhos, licores e produtos locais através da análise da informação que consta no site do Município de Setúbal e do site dos vinhos da Península de Setúbal à escala dos Municípios da Arrábida

d) Recursos naturais com maior interesse e únicos à escala do PNAr, a quantificação destes através da análise da informação colocada no Plano de Ordenamento do PNAr e das referências indicadas no Filme/documentário⁶ da Vida Selvagem Portugal – “Arrábida: Da Serra ao Mar”, nomeadamente:

- Fauna;
- Flora;
- Geológicos;

e) Recursos Culturais (Património artístico, histórico e cultural), recolha de informação de forma a quantificar: museus, galerias, edifícios qualificados, monumentos (catedrais, igrejas, castelos, conventos, palácios, santuários, mosteiros, etc.), sítios arqueológicos (fortificações, paredes, fortalezas, cemitérios, menires, etc.), entre outros, artesanato (produtos de madeira, cerâmica, mármore, vidro, metal, peles e couro, têxteis, joias, instrumentos musicais etc), festas e tradições (bailes populares, romarias, costumes,

⁶ Filme produzido por Luís Quinta & Ricardo Guerreiro

jogos tradicionais, etc.) à escala territorial do PNAr, obtida através da análise do Plano de Ordenamento do PNAr, di site da Direção Geral do Património e da visualização e análise do Filme/ documentário⁷: “Al-Rábita – A Serra e o Homem”.

f) Transporte e comunicações, quantificar o número de acessos por via aérea, terrestre e aquática, com referência à distância para as principais cidades e pontos de transporte internacional (aeroporto, estação de comboio, etc.).

A reunião da informação inclui diversas fontes e métodos de recolha das quais se destacam:

i) Consulta de sites de internet de organizações e entidades como o Turismo de Portugal, que inclui o Registo Nacional de Turismo: dos empreendimentos turísticos, dos alojamentos locais e dos agentes de animação turística da Região de Turismo e dos Municípios do território em análise; do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), dos próprios Municípios, da Comissão Vitícola e das Páginas Amarelas Portuguesas;

ii) Consulta de documentos bibliográficos como livros e vídeos, os quais são referenciados ao longo deste relatório e na lista de bibliografia consultada.

As diversas fontes e métodos de recolha dos dados são complementares pelo que, no final desta fase, foi efetuado um trabalho de campo in situ, visitando o território, para uma melhor perceção e identificação dos recursos/atributos turísticos do território. O uso destes instrumentos constituiu uma fase crucial do estudo, servindo de ligação entre o conhecimento teórico, as hipóteses de trabalho e os resultados que pretendemos conhecer. Apurei para este estudo, estes instrumentos, uma vez que é uma técnica quantitativa que permite medir de uma forma mais simples os dados que pretendemos adquirir. O Quadro 2 apresenta um resumo da metodologia utilizada na compilação da informação, agrupada por dimensões e indicadores.

⁷ Filme da Associação de Municípios da Região de Setúbal, produzido por Luís Quinta e Ricardo Guerreiro

Quadro 1 - Metodologia utilizada na compilação da informação dos recursos turísticos globais do PNAr

Dimensões	Escala Territorial	Indicadores		Método	Fonte	
Empresas de Animação Turística	À escala do PNAr	n.º de empresas a operarem no PNAr	Baseado no D.L. n.º 186/2015 de 3 de setembro, O presente D.L. procede: À segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto -Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo - turísticos.		Através da análise do RNT - Registo Nacional de Turismo (online)	Site: https://mt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True
		Tipologias das atividades no PNAr				
Sistema de Alojamento	À escala Municipal: Sesimbra, Palmela e Setúbal	n.º de Alojamentos Turísticos	Baseado no D.L. n.º 186/2015 de 3 de setembro, O presente D.L. procede: À quarta alteração ao Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelos Decretos-Leis:228/2009, de 14 de setembro, 15/2014, de 23 de janeiro, e 128/2014, de 29 de agosto, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.		Através da análise do RNT - Registo Nacional de Turismo (online)	https://mt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx
		Características dos Alojamentos Turísticos				
Sistema de Restauração	À escala dos Municípios da Arrábida	Gastronomia típica	n.º de pratos típicos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000	Através da análise do site "visit" dos municípios da arrábida	http://visitesesimbra.pt/?page_id=85 ; http://www.visitsetubal.com.pt ; http://www.visitpalmela.com.pt ; http://www.vinhosdapeninsuladesetubal.pt
		Vinhos/ Licores	n.º Castas / n.º de licores	Portaria n.º 695/2009, de 29 de junho, aprovou os Estatutos da Região Vitivinícola da Península de Setúbal e regula a produção e comercialização dos vinhos produzidos na área geográfica da Indicação Geográfica (IG) «Península de Setúbal»		
		Produtos locais	Tipologias de Produtos Locais	Venda de produtos Regionais - Portaria n.º 699/2008, de 29 de Julho		
Recursos Naturais	À escala do PNAr	Flora	Tipologias gerais de formações vegetais	O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto	Através da análise do Plano de Ordenamento do PNAr e da visualização do documentário da National Geographic Portugal: "Arrábida – Da Terra ao Mar"	http://www.icnf.pt/porta/naturaclas/ordgest/poap/popnar/resource/ordenamento/relatorio
		Fauna	Tipologias gerais de espécies animal			
		Geológicos	Tipos de solos			
Recursos Culturais	À escala do PNAr	Património Artístico	Número e tipologias	Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro Estabelece as bases da política e do regime de património	Através da análise do site da Direção Geral do Património e da visualização do documentário "Al-Rábida"	Site: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/
		Património Histórico				
		Artesanato				
		Festas e Tradições				
Transportes e Vias de Comunicação	À escala dos Municípios da Arrábida	Capacidade de Acesso	Via aérea	Baseado no Decreto-Lei n.º 55/2010 de 31 de maio (altera e republica o Decreto-Lei 186/2007 de 10 de maio)	Através da análise do site do Instituto Nacional de Aviação Civil INAC	http://www.anac.pt/vPT/Generico/Aerodromos/PistasUL/Paginas/AerodromosePistasUL.aspx
			Via Terrestre	Baseado no Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, pela Declaração de Rectificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto)	Através da análise do site do Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, IP	http://www.inir.pt/porta/RedeRodovi%C3%A1ria/CartadeEstradasdePortugalContinental/tabid/256/language/pt-PT/Default.aspx
			Via Aquática	Baseado no Plano de Ordenamento do Parque Marinho Luiz Saldanha, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto	Através da análise do Plano de Ordenamento do Parque Marinho Luiz Saldanha	http://www.icnf.pt/porta/naturaclas/ordgest/poap/popnar/resource/ordenamento/relatorio

A elaboração dos Programas Turísticos no âmbito deste projeto foi delineada com base na informação recolhida durante o estudo dos indicadores. Realizada na análise de competência turística do destino. Nesta fase foram analisados os seguintes dados com os respetivos objetivos, em prol do desenvolvimento de cada programa:

- A área do PNArr para o mapeamento geográfico dos programas;
- As características do público-alvo
- Os locais com interesse turístico a serem visitados;
- As vias de acesso, estradas e caminhos a serem percorridos
- Os pontos de atração (recursos naturais e culturais) a serem visualizados;
- Os meios de transportes a serem utilizados;
- A época do ano para a implementação e duração do programa;
- Os custos na elaboração

Tratando-se de programas a serem concretizados junto das comunidades educativas dos Municípios da Arrábida. Após esta análise, foram construídos os programas turísticos, apresentados através de uma Ficha Tipo dos Programas Turísticos (V. Anexo IV), na qual encontramos as seguintes informações e nos seguintes contextos:

- 1) Nome do Programa – foi atribuído um nome a cada um dos programas com objetivo de os identificar e que o seu nome tivesse uma ligação às atividades realizadas;
- 2) Locais a Visitar - identificação dos locais a visitar e as respetivas tipologias dos recursos;
- 3) Distância Percorrida – apresentação da distância total e parcial percorrida, indicando as respetivas distâncias e estradas ou caminhos utilizados;
- 4) Tempo de duração da atividade – indicando o total de horas em que é realizada;
- 5) Horários - Identificação dos horários para as respetivas atividades dos programas;
- 6) Época de realização da atividade – apresentação de sugestões dos períodos do ano e semanais a realizar os programas, tendo em conta os aspetos meteorológicos, os

horários de funcionamento dos locais visitados e os mais adequados ao público-alvo em questão.

- 7) Meios de Transporte – utilizados durante as atividades;
- 8) Mapas do Programa- exibição de mapas com o objetivo de apresentar a área onde se realizam as atividades;
- 9) Características próprias do programa – reconhecimento de tarefas ou aspetos que os programas apresentam e para cada atividade que conste no programa são apresentados em anexo as informações mais detalhadas sobre as mesmas;
- 10) Orçamento – apresentação dos valores monetários totais e parciais que cada programa apresenta para a sua realização;

Capítulo III – Análise da Competência Turística do PNAr

3.1 Caracterização da área de Estudo – Parque Natural da Arrábida

O Parque Natural da Arrábida (PNAr) foi criado pelo Decreto de Lei n.º 622/76, de 28 de julho e reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/98, de 14 de outubro, que veio alterar os seus limites. Assim, deu-se a inclusão de uma área marinha adjacente, sendo que a zona abrangida pelo Domínio Público Marítimo, de Sesimbra até à Praia da Foz passaram a fazer parte do PNAr (Gaspar, 2012). O Decreto Regulamentar n.º 11/2003, de 8 de outubro, veio alargar novamente os limites do parque, englobando parte da plataforma da Azóia e do cabo Espichel (Gaspar, 2012) Localizado entre os paralelos de 38°26' e 38°35' N, e os meridianos 8°52' e 9°06' O (ICN, 2000), o PNAr inclui a cordilheira da Arrábida, o planalto do cabo Espichel e o Parque Marinho Luís Saldanha, com uma área de total de 17 327 ha, dos quais 5 275 ha são de superfície marinha (ICNB, 2005, citado por Cunha, 2013). Possui um comprimento de cerca de 35 km e uma largura média de 6km, sendo que o seu ponto mais alto situa-se no anticlinal do Formosinho, com 501 metros de altitude (ICNF, 2013). Os limites do PNAr podem ser visualizados na Figura 1.



Figura 1 - Limite do PNAr

fonte: <http://www.icnf.pt>

A principal unidade geomorfológica do PNAr é a cordilheira da Arrábida, constituída por três eixos (ICNF, 2013): pequenas elevações nos arredores de Sesimbra, pelas Serras do Risco e da Arrábida e pelas colinas existentes entre o Outão e Setúbal; Serras de S. Luís e dos Gaiteiros; e Serras do Louro e de S. Francisco. O PNAr encerra valores

naturais excecionais e únicos, com cenários de grande beleza, uma região de contrastes, rica em património geológico, ecológico e cultural, características estas que foram invocadas na candidatura do PNAr a Património Mundial Misto pela Unesco (Arrábida – Património Mundial, 2012).

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto, é um instrumento de gestão territorial, de natureza de regulamento administrativo, que estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão do PNAr (Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005). O POPNA procura encontrar soluções que possam compatibilizar a importância dos valores naturais presentes no PNAr com a utilização dos espaços pelos mais diversos tipos de atividades (POPNA, 2003). As áreas prioritárias para a conservação da natureza estão sujeitas a um regime de proteção que, em função da importância dos valores presentes e da sua sensibilidade, assumem níveis de proteção diferentes que, tal como se pode observar no Quadro 1 se podem dividir em Proteção Total, Proteção Parcial (Tipo I e II) e Proteção Complementar (Tipo I e II, V. Anexo II)

As áreas não abrangidas pelos estatutos apresentados no Anexo I não possuem nenhum regime de proteção e incluem os perímetros urbanos (com exceção do Portinho da Arrábida), as áreas de indústria extrativa e as áreas de indústria cimenteira (Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto). Também a marinha possui regimes de proteção, sendo eles Proteção Total, Proteção Parcial e Proteção Complementar. Na figura 2 estão delimitadas as áreas de proteção referidas anteriormente, tanto para a área urbana, como para a marinha.

De acordo com Ribeiro (1986) os fatores que mais influenciam as características microclimáticas da Arrábida são o relevo, que provoca a condensação das massas de vapor de água; a planície, que constitui um reservatório de calor, especialmente nas épocas mais quentes; o mar, que permite a diminuição da amplitude térmica e constitui uma fonte de humidade; a exposição, que dependendo das características topográficas e atmosféricas, traduz grandes diversidades locais.

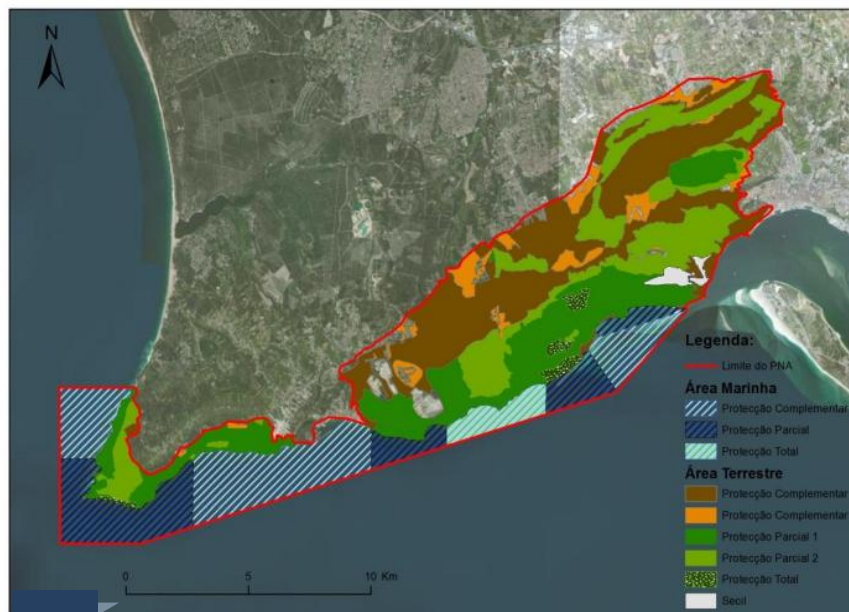


Figura 2 - Área de Proteção Especial no PNAr

fonte: POPNAr 2003

Valores Físicos⁸:

- Clima

O clima da Arrábida é, de modo geral, mediterrâneo, caracterizado por duas estações extremas: uma quente e seca, o verão, e outra fresca e húmida, o inverno. Estas duas estações extremas são intercaladas por duas estações intermédias: a primavera e o outono (Pedro, 1998).

- Geologia e Solos

A maior parte da área do PNAr é constituído por rochas calcárias e dolomíticas (ICNF, 2012), por este motivo existem essencialmente dois tipos de solos, os calcários, das rochas que constituem o núcleo da cordilheira e os silicoargilosos, dos terrenos da periferia desse núcleo (Ribeiro, 1986), sendo que a maioria dos solos é de origem sedimentar, do tipo detrítico (ICNF, 2013; Ribeiro, 1986). A região caracteriza-se por apresentar zonas de elevado relevo (Cunha, 2013), com solos de pouca espessura, o que torna baixa a capacidade de uso deste tipo de solos (Guerreiro, 2008).

⁸ Informação complementar no Anexo II

- Hidrologia

O PNAr está inserido nas Bacias Hidrográficas do Sado e do Tejo (Guerreiro, 2008), sendo que as principais linhas de água são as Ribeiras da Comenda, da Ajuda, da Melra, de Alcube, de Corva e do Livramento (INCF, 2012). As linhas de água na Arrábida têm essencialmente carácter torrencial, existindo escoamento superficial apenas no inverno (Ribeiro, 1986). As características geológicas da região, onde predomina a rocha calcária, fazem com que a rede hidrográfica apresente especificidades como a não perenidade e a exiguidade dos cursos de água (Ribeiro, 2004, citado por Monteiro, 2010).

Valores Naturais:

- Flora

A vegetação no PNAr está fortemente relacionada com o clima específico da região, o estado e características do solo e a influência antropogénica (ICNF, 2013). Apesar do crescente interesse na visita ao PNAr ainda existem zonas relativamente pouco perturbadas pelo Homem que constituem exemplares únicos da antiga vegetação mediterrânea (Pedro, 1998). O seu valor científico é inestimável, o que levou à inserção do PNAr na Rede Europeia de Reservas Biogenéticas (Rodrigues, 1995). Pedro (1998) agrupou a vegetação da região em oito tipos de formações: formações rupestres, ervedos, tomilhais, matos, matagais, brenhas, machiais e matas. A sua distribuição depende de fatores como o relevo, a geologia, o clima, o solo e as atividades humanas.

- Fauna

Segundo o dossier de candidatura a Património Mundial (Arrábida – Património Mundial, 2012), existem no PNAr 12 espécies de anfíbios, 17 de répteis, 197 de aves e 34 espécies de mamíferos. Até ao início do século XX era possível observar no Parque javalis, lobos e veados, contudo os elevados níveis de caça levaram ao seu desaparecimento. Na região abundam agora raposas (*Vulpus vulpes*) e cães em estado semi-selvagem (Gaspar, 2012). Embora menos rica do que há alguns anos atrás, a fauna da Arrábida ainda apresenta grande diversidade.

Valores Culturais:

Os indícios de presença humana na Arrábida remontam ao Paleolítico Inferior, sendo possível encontrar património arqueológico datável do Calcolítico, da Idade do Bronze e

da época Romana (Arrábida – Património Mundial, 2012). Devido à sua posição geográfica, a Arrábida teve inúmeras vezes um papel importante na estratégia militar, com o objetivo da defesa do património, exemplo dessa arquitetura militar os Castelos de Sesimbra e Palmela e o Forte de S. Filipe, em Setúbal (Arrábida – Património Mundial, 2012). Existem também alguns edifícios de valor histórico-patrimonial, que eram utilizados como casa de férias pela nobreza portuguesa, como o Palácio da Bacalhoa, o Palácio dos Duques de Aveiro e o Palácio do Calhariz (ICNF, 2012). Com grande representatividade surge o património relacionado com atividades religiosas, como igrejas, ermidas e conventos, entre outros.

3.2 Indicadores de análise da competência turística

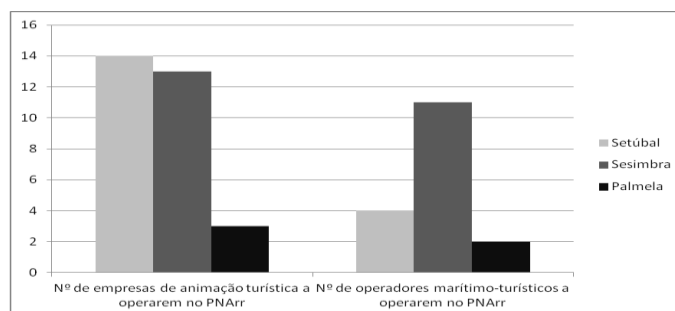
Através da análise da competência turística do PNAr, quantificação específica dos elementos, surgem um conjunto de quadros, tabelas e gráficos, onde é possível observar a informação recolhida em termos de quantidade para cada um dos seguintes indicadores:

1. Empresas de Animação Turística
2. Tipologia das Atividades
3. Sistema de Alojamento
4. Sistema de Restauração
5. Sistema dos Recursos Naturais
6. Sistema dos Recursos Culturais
7. Transportes e Vias de Comunicação

Relativamente ao indicador n.1, Empresas de Animação Turística, é possível observar (V. tabela 1 e Gráfico 1) um total de 47 empresas registadas no RNT a operarem no PNAr. Sendo que 30 dessas empresas são de Animação Turística e 17 Operadores Marítimo-turísticos. As que se apresentam em maior número têm a sua sede em Setúbal, existindo um número muito semelhante de empresas em Sesimbra, chegando o seu número a ultrapassar aquando do somatório das empresas de animação com os operadores marítimo-turísticos deste mesmo município.

Tabela 1 - Indicador das Empresas de Animação Turística

Empresas de Animação Turística					
Indicadores	Setúbal	Sesimbra	Palmela	Sub-Total	
Nº de empresas de animação turística a operarem no PNAr	14	13	3	30	
Nº de operadores marítimo-turísticos a operarem no PNAr	4	11	2	17	
				47	Total

Gráfico 1 – Distribuição das Empresas de Animação Turística pelos respetivos Municípios

fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Na análise dos dados obtidos através do indicador n.2, Tipologia das Atividades⁹, verifica-se que existe um leque variado de atividades realizadas pelas empresas que operam no PNAr, com registo de empresas que pretendem realizar atividades neste território. (V. tabela 2). As quais encontram-se distribuídas por 3 grupos: (a) atividades de Ar Livre / Aventura, (b) Atividades Cultural / Tour Paisagístico e Cultural e (c) Atividades Marítimo – Turísticas.

As Atividades de Ar Livre / Aventura (a) são as mais registadas pelas empresas, com um total de 154 registos, entendendo por este tipo de atividades as apresentadas na Quadro 2. Ainda relativamente a estas atividades as tipologias com mais registos da parte das empresas são: Caminhadas e outras atividades pedestres e Atividades de observação da natureza, em primeiro e segundo lugar respetivamente (V. Gráfico 2). As

⁹ fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Atividades Cultural / Tour Paisagístico e Cultural (b) são as segundas as mais registadas pelas empresas, com um total de 78 registos, entendendo por este tipo atividades as apresentadas no Quadro 3. Ainda relativamente a estas atividades as tipologias com mais registos da parte das empresas são as visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial. Em segundo lugar encontramos as atividades e experiências de descoberta do património Etnográfico e com um número muito aproximado destas as rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património (V. Gráfico 3), as empresas que operam este tipo de atividade apresentam em maior número a sua sede no Município de Setúbal. As Atividades Marítimo – Turísticas (c) são as com menor registo, com um total de 40, entendendo por este tipo de atividades as apresentadas no Quadro 4. Ainda relativamente a estas atividades as tipologias com maior registo da parte das empresas é o aluguer de embarcações com tripulação e em segundo lugar encontramos as atividades de pesca turística (V. Gráfico 4). As empresas que operam este tipo de atividade apresentam-se em maior número as que apresentam sede no Município de Sesimbra.

Tabela 2 – Indicador das Tipologia das Atividades

Empresas de Animação Turística (total – 47)							
Indicadores			Setúbal	Sesimbra	Palmela	Total	Sub-total
Tipologia de Atividades	Atividades de Ar Livre / Aventura (a)	Arborismo e outros percursos de obstáculos	4	8	1	13	154
		Atividades de observação da natureza	11	12	3	26	
		Atividades de Sobrevivência,	3	4	0	7	
		Atividades de Teambuilding	8	9	1	18	
		Caminhadas e outras atividades pedestres	11	13	3	27	
		Canyoning, coasteering e similares	6	9	0	15	
		Escalada em parede natural e em parede artificial	4	5	0	9	
		Espeleologia	3	6	0	9	
		Outras atividades de turismo de ar livre	5	7	1	13	
		Passeios e atividades em bicicleta	4	5	1	10	
		Passeios e Atividades equestres	3	1	3	7	
	Atividades Culturais / Tour Paisagístico (b)	Atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres	6	5	3	14	78
		Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património	9	7	3	19	
		Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial	12	10	3	25	
		Atividades e experiências de descoberta do património Etnográfico	10	8	2	20	
	Atividades Marítimo-Turísticas (c)	Aluguer de embarcações com tripulação	4	10	1	15	40
		Aluguer de embarcações sem tripulação	2	8	2	12	
		Pesca turística	3	9	1	13	
			108	136	28	272	

Total de Registos

Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

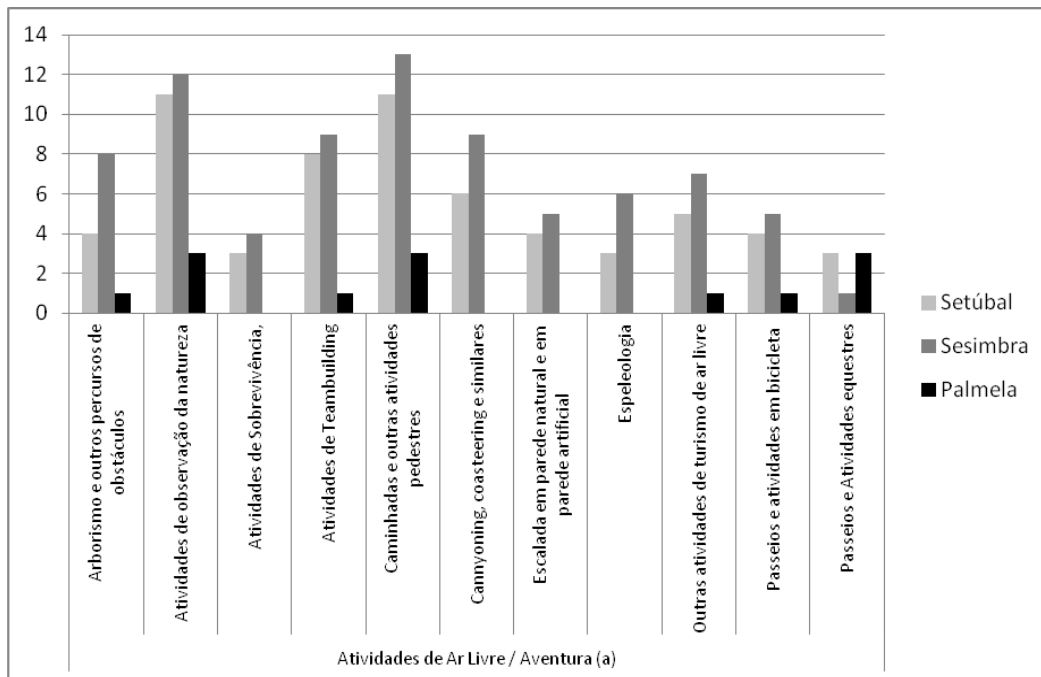
Quadro 2 - Tipos de atividades de Ar Livre / Aventura

Atividades de Ar Livre / Aventura¹⁰	
Arborismo e outros percursos de obstáculos	
Atividades de observação da natureza	2.º Maior registo
Atividades de Sobrevivência,	
Atividades de Teambuilding	
Caminhadas e outras atividades pedestres	1.º Maior registo
Cannyoning, coasteering e similares	
Escalada em parede natural e em parede artificial	
Espeleologia	
Outras atividades de turismo de ar livre	
Passeios e atividades em bicicleta	
Passeios e Atividades equestres	

Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

¹⁰ Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares), Atividades de orientação (percursos, geocaching, caças ao tesouros e similares); Atividades de Team building (quando incluam atividades de turismo de ar livre); Caminhadas e outras atividades pedestres, Montanhismo, Outras atividades de turismo de ar livre; Arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como rapel, slide, pontes e similares); Atividades de Sobrevivência; Cannyoning, coasteering e similares, Escalada em parede natural e em parede artificial, Espeleologia, Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares, Passeios e atividades em bicicleta (btt e cicloturismo), em segway e similares, Passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares.

Gráfico 2 - Distribuição das Atividades de Ar livre / Aventura realizadas pelas empresas, pelos respetivos municípios tendo em conta a localização da sede das empresas



Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

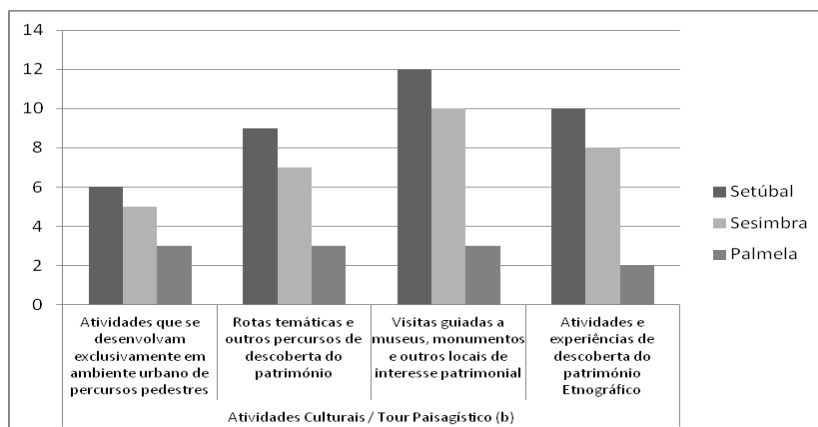
Quadro 3 - Tipos de Atividades Culturais / Tour Paisagístico

Atividades Culturais / Tour Paisagístico ¹¹
Atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres
Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património
Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial
Atividades e experiências de descoberta do património Etnográfico

Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

¹¹ Atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres e visitas a museus, palácios e monumentos e cuja empresa, simultaneamente, se encontre isenta da obrigação da contratação dos seguros previstos no art.º 27º, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 28º, Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património (por exemplo, Rota do Megalitismo, do Romano, do Românico, do Fresco, Gastronómicas, de Vinhos, de Queijos, de Sabores, de Arqueologia Industrial), Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial. Atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico (participação em atividades agrícolas, pastoris, artesanais, eno-gastronómicas e similares – por exemplo: vindima, pisar uva, apanha da azeitona, descortçar do sobreiro, plantação de árvores, ateliers de olaria, pintura, cestaria, confeção de pratos tradicionais, feitura de um vinho), Jogos populares e tradicionais.

Gráfico 3 - Distribuição das Atividades Culturais / Tour Paisagístico realizadas pelas empresas, pelos respetivos municípios tendo em conta a localização da sede das empresas



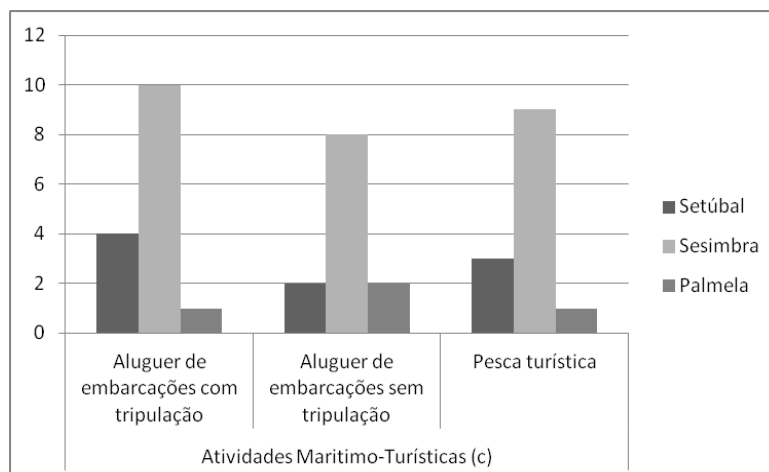
Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Quadro 4 - Tipos de Atividades Marítimo-Turísticas

Atividades Marítimo-Turísticas ¹²
Aluguer de embarcações com tripulação
Aluguer de embarcações sem tripulação
Pesca turística

Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Gráfico 4 - Distribuição das empresas que operam atividades Marítimo-Turísticas, pelos respetivos municípios tendo em conta a localização da sua sede



Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

¹² Aluguer de embarcações com tripulação, Passeios marítimo-turísticos; Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, (Canoagem e rafting em águas calmas e em águas bravas), vela, remo e atividades náuticas similares), Aluguer de embarcações sem tripulação, Pesca turística, Serviços de natureza marítimo-turística prestados mediante a utilização de embarcações atracadas ou fundeadas e sem meios de propulsão próprios ou selados; serviços de reboque de equipamentos de caráter recreativo, tais como bananas, paraquedas, esqui aquático; Serviços efetuados por táxi fluvial ou marítimo

No indicador n.º2, Sistema de Alojamento, foi possível verificar que existem um total de 217 alojamentos registado no RNT, que a categoria destes apresenta entre 4 a 2 estrelas, com um total de 5047 camas distribuídas de forma não equilibrada pelos três Municípios da Arrábida. (V. Tabela 3).

Os alojamentos turísticos apresentam-se agrupados em quatro: Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo e Alojamento Local, apresentando um sub-total de 29 e 188 registos, respetivamente. Os Alojamentos Locais, apresentam um número bem mais acentuado em comparação aos outros tipos alojamentos turísticos, havendo um maior registo no Município de Sesimbra o maior registo. Quanto aos Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo estes apresentam um maior registo no Município de Setúbal. (V. Tabela 3 e Gráfico 5).

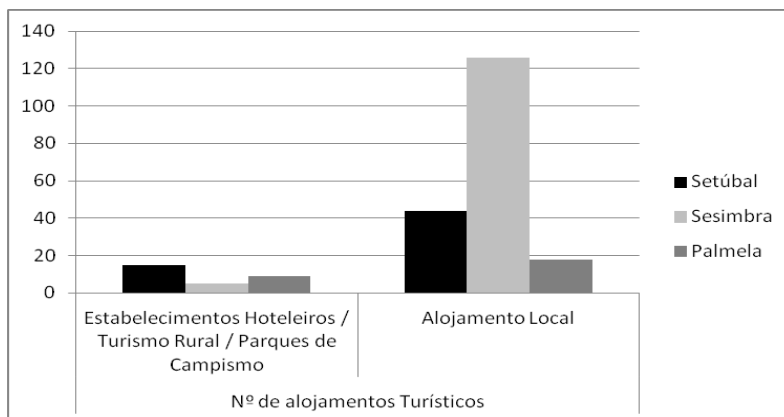
Na análise da categoria dos alojamentos turísticos é possível verificar que não existem estabelecimentos hoteleiros classificados com 1 estrela nem com 5 estrelas. Apresentando uma oferta hoteleira com a qualidade entre 2 a 4 estrelas, 8 hotéis com 4 estrelas e 7 hotéis com 3 estrelas, sendo que estes apresentam-se em maior número, respetivamente, em comparação com o número dos restantes estabelecimentos (V tabela 3). Relativamente à distribuição destes pelos municípios, verifica-se no Município de Setúbal estabelecimentos de categoria de 2 estrelas em maior número. Sesimbra os estabelecimentos de 4 estrelas são os que predominam e em Palmela os alojamento com outro tipo de tipologia, isto devido ao facto dos alojamentos turísticos tais como os de Turismo Rural e os Parques de Campismo não serem caracterizados por estrelas (V. Gráfico 6).

O número de camas existente nos Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo são de 4219 e no Alojamento Local de 828 camas. Por município existem um maior número no Município de Setúbal, 2038 camas, mas muito perto do número de camas do Município de Palmela, com 1678 camas. É ainda relevante mencionar que o número de camas na tipologia de em alojamento local tem um maior número, no Município de Sesimbra em comparação com os mesmos dados nos outros municípios (V. Tabela 3 e Gráfico 7).

Tabela 3 - Indicadores do Sistema de Alojamento

Sistema de Alojamento								
Indicadores				Setúbal	Sesimbra	Palmela	Sub-total	Total
Nº de alojamentos Turísticos	Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo			15	5	9	29	217
	Alojamento Local			44	126	18	188	
Características dos Alojamentos Turísticos	Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo	Categoria (Estrelas)	1 *	0	0	0	0	27
			2 **	5	0	1	6	
			3 ***	4	1	2	7	
			4 ****	4	4	0	8	
			5 *****	0	0	0	0	
			Outra categoria ¹³	2	0	4	6	
	Capacidade (nº camas)		1794	835	1590	4219	5047	
	Alojamento Local	Capacidade (nº camas)		244	496	88		828

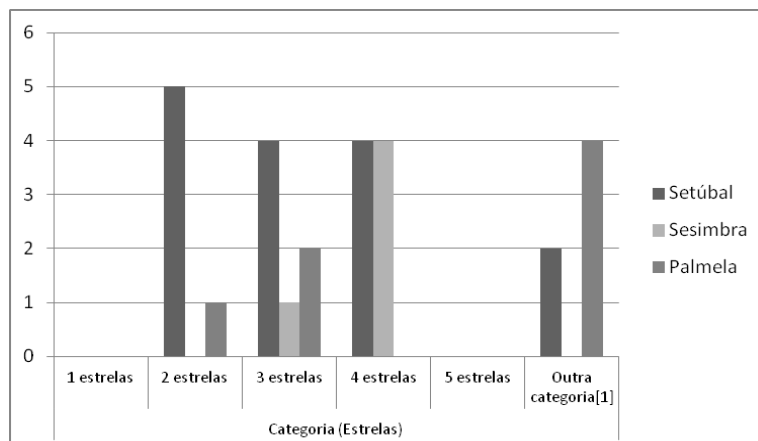
Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Gráfico 5 - Distribuição dos Alojamentos Turísticos, pelos respetivos municípios tendo em conta o seu número de registo

Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

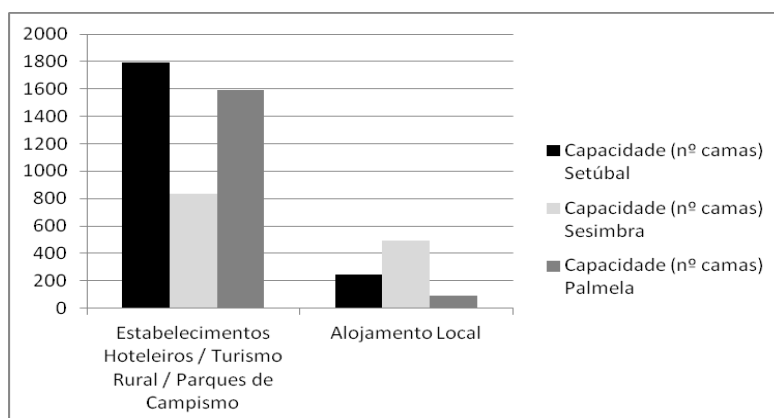
¹³ Entenda-se por outra categoria, o facto dos alojamentos turísticos tais como os de Turismo Rural e os Parques de Campismo não serem caracterizados por estrelas.

Gráfico 6 - Distribuição do número de Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo pelas respetivas categorias e municípios



Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Gráfico 7 - Distribuição do número de camas em Estabelecimentos Hoteleiros / Turismo Rural / Parques de Campismo e Alojamento Local, pelos respetivos municípios.



Fonte: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Na análise dos dados obtidos através do indicador n.4, Sistema de Restauração, verifica-se que existe um conjunto de características únicas referente à gastronomia local, com um total de 46 diferentes pratos típicos nos Municípios da Arrábida e ainda características singulares ao nível dos vinhos e de produtos locais (V. Tabela 4)

Os pratos típicos mais confeccionados são à base de Moluscos com um total de 10 diferentes pratos típicos, marisco com um total de 8 diferentes pratos típicos, peixe com um total de 6 diferentes pratos típicos. Sendo que os doces são os produtos com maior número, num total de 18 diferentes variedades (V. Gráfico 8). Encontra-se ainda uma variedade de vinhos e de produtos locais. Devido ao envolvimento histórico com o

estuário do rio Sado e à proximidade dos portos de Setúbal e de Sesimbra ao oceano Atlântico, a gastronomia da região destes Municípios faz um forte aproveitamento de pratos à base de peixe e de produtos que se desenvolvem favoravelmente no clima da região. Foi a proximidade à sua fonte de peixe um importante motor económico, nomeadamente na indústria conserveira. As principais atividades económicas realizadas no PNAr são o fabrico de queijo de Azeitão, a cultura de vinhas, produção de moscatel e produção de mel. A cidade de Setúbal e Sesimbra são reconhecidas pela gastronomia baseada em pratos de peixe assado, cozido ou grelhado, já Palmela é mais conhecida pelos seus pratos de carne, sopas e essencialmente os seus vinhos (V. Gráfico 9). Os pratos mais conhecidos nos respetivos municípios são:

Setúbal

Peixe: Salmonete, Sardinha, Cherne

Marisco: camarão de rio, santola, sapateira, navalheira;

Moluscos: choco, ameijoas, ostras, berbigão, navalhas;

Doces: queijadas, biscoitos (S), Tortas de Azeitão, Bolachas Piedade,

Licores: Moscatel de Setúbal

Produtos locais: laranja, queijo de Azeitão, mel (V. Gráfico 10)

Sesimbra

Peixe: espadarte, espada-preto, cademonte (tubarão), conserva de peixe

Marisco: camarão, santola, sapateira, navalheira;

Doçaria: Catarinas, Brisas do Castelo, Zimbros, Broas de Alfarim, Almirantes, Farinha Torrada

Licores: Velho do mar

Produtos locais: Queijo Fresco da Azoia; Pêra de Inverno; Pão Caseiro; Mel; Maçã Camoesa (V. Gráfico 10)

Palmela

Carne: Sopa Caramela, Cabrito assado no forno, Coelho à camponesa de Palmela, Sopa de Favas

Doçaria: Pêra cozida em moscatel de Setúbal, Suspiros de Palmela, Bolinhos de amêndoa, Carolinos, Fogaças de Palmela, Pastel de Moscatel, Santiagos

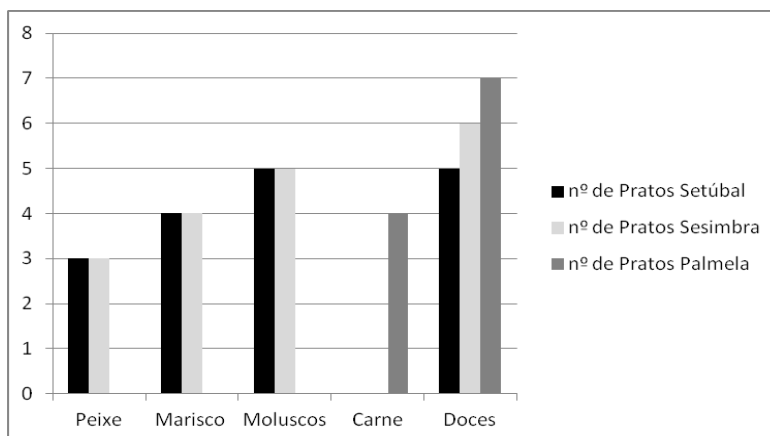
Produtos locais: pão Caseiro; (V. Gráfico 10)

Tabela 4 – Indicadores do Sistema de Restauração

Sistema de Restauração						
Indicadores			Setúbal	Sesimbra	Palmela	Total
Gastronomia	nº de pratos típicos	Peixe	3	3	0	6
		Marisco	4	4	0	8
		Moluscos	5	5	0	10
		Carne	0	0	4	4
		Doces	5	6	7	18
Vinhos	nº de castas		0	0	8	8
	nº licores		1	1	0	2
Produtos Locais	nº de produtos		3	5	1	9

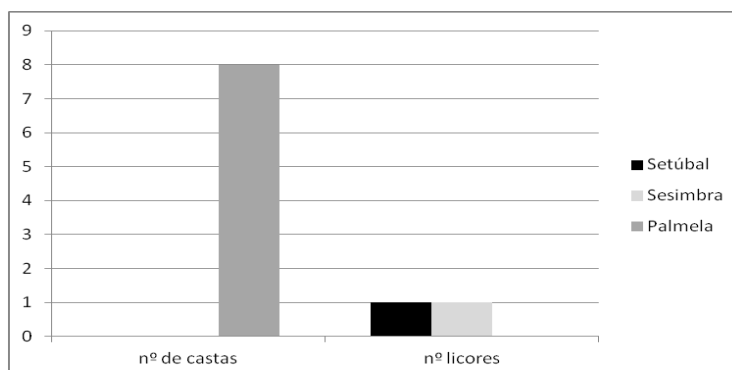
Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/search/site/arr%C3%A1bida>

Gráfico 8 – Distribuição do nº de pratos típicos pelos respetivos municípios

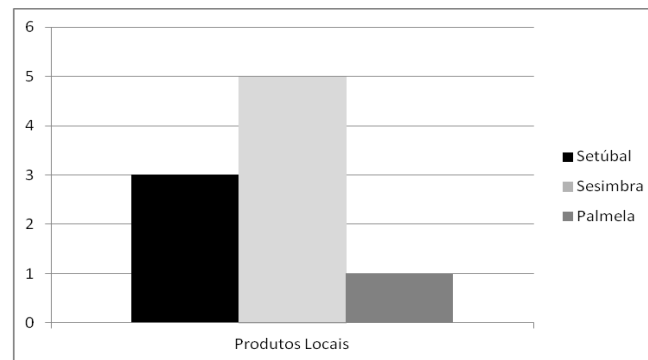


Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/search/site/arr%C3%A1bida>

Gráfico 9 – Distribuição do nº de castas e de licores pelos respetivos municípios



Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/search/site/arr%C3%A1bida>

Gráfico 10 – Distribuição do nº de produtos locais pelos respetivos municípios

Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/search/site/arr%C3%A1bida>

Através da análise do Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida, foi possível identificar a informação apresentada na tabela 5, relativo ao indicador n.5, Sistema dos Recursos Naturais, nomeadamente:

Flora

A vegetação no PNAr está fortemente relacionada com o clima específico da região, o estado e características do solo e a influência antropogénica (ICNF, 2013). Apesar do crescente interesse na visitação do PNAr ainda existem zonas relativamente pouco perturbadas pelo Homem que constituem exemplares únicos da antiga vegeta o mediterrânea (Pedro, 1998). O seu valor científico   inestimável, o que levou   inser o do PNAr na Rede Europeia de Reservas Biog nicas (Rodrigues, 1995). Pedro (1998) agrupou a vegeta o da região em oito tipos de forma es: forma es rupestres, ervedos, tomilhais, matos, matagais, brenhas, machiais e matas. A sua distribui o depende de fatores como o relevo, a geologia, o clima, o solo e as atividades humanas. Nos solos calcários do PNAr   frequente encontrar espécies como:

Quadro 5 – Espécies possíveis de identificar do PNArr

Nome Comum	Nome Científico
Alecrim	<i>(Rosmarinus officinalis)</i>
Aroeira	<i>(Pistacia lentiscus),</i>
Aderno	<i>(Philyrea latifolia),</i>
Esteva	<i>(Cistus ladanifer)</i>
Lentisco	<i>(Philyrea angustifolia),</i>
Espinheiro-preto	<i>(Rhamnus lycioides),</i>
Folhado	<i>(Viburnum tinus),</i>
Madressilva	<i>(Lonicera sp.),</i>
Medronheiro	<i>(Arbutus unedo),</i>
Murta	<i>(Myrtus communis),</i>
Rosmaninho	<i>(Lavandula luisieri)</i>
Sabina-da-praia	<i>(Juniperus phoenicea),</i>
Sargaço	<i>(Cistus monspeliensis)</i>
Trovisco	<i>(Daphne gnidium)</i>

Fonte: Almeida, 1998; ICNF, 2013

É possível ainda observar espécies endémicas nos limites do PNArr, nomeadamente:

Quadro 6 – Espécies endémicas possíveis de identificar do PNArr

<i>Convolvulus fernandesii</i>
<i>Euphorbia obtusifolia</i>
<i>Withania frutescens</i>
<i>Ulex densus</i>
<i>Iberis procumbens</i>

Fonte: Cunha, 2013

Fauna

Segundo o Plano Ordenamento do PNArr, existem no PNArr 12 espécies de anfíbios, 17 de répteis, 197 de aves e 34 espécies de mamíferos. Até ao início do século XX era possível observar no Parque javalis, lobos e veados, contudo os elevados níveis de caça levaram ao seu desaparecimento. Na região abundam agora raposas (*Vulpus vulpes*) e cães em estado semi-selvagem (Gaspar, 2012). Embora menos rica do que há alguns anos atrás, a fauna da Arrábida ainda apresenta grande diversidade, sendo possível encontrar o gato-bravo (*Felis silvestris*), a geneta (*Genetta genetta*), o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), o texugo (*Meles meles*), o toirão (*Mustela putoris*), a doninha (*Mustela nivalis*), a lebre (*Lepus europaeus*) e o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) (Abreu, 1993, citado por Monteiro, 2010). Nas fendas e fissuras existentes nas arribas, ao longo

do litoral, nidificam espécies de aves com estatuto de proteção especial como sejam a Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), o Bufo-real (*Bubo bubo*) e o Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*). Ainda é possível observar o Andorinhão Real (*Apus melbo*), a Coruja das torres (*Tyto alba*), o Peneireiro (*Falco tinnuculus*) e a Perdiz (*Alectoris rufa*) (POPNA, 2003). Nas falésias localizam-se grutas que albergam espécies de morcegos em perigo de extinção, nomeadamente o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) e o morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*) (Arrábida – Património Mundial, 2012). Os ecossistemas marinhos também possuem grande relevância, com 1 320 espécies registadas em 2011, que inclui espécies classificadas pelo Livro Vermelho da IUCN como vulneráveis ou com ameaça de extinção (Arrábida – Património Mundial, 2012).

Geológicos

A maior parte da área do PNAr é constituído por rochas calcárias e dolomíticas (ICNF, 2012), por este motivo existem essencialmente dois tipos de solos, os calcários, das rochas que constituem o núcleo da cordilheira e os silicoargilosos, dos terrenos da periferia desse núcleo (Ribeiro, 1986), sendo que a maioria dos solos é de origem sedimentar, do tipo detrítico (ICNF, 2013; Ribeiro, 1986). A região caracteriza-se por apresentar zonas de elevado relevo (Cunha, 2013), com solos de pouca espessura, o que torna baixa a capacidade de uso deste tipo de solos (Guerreiro, 2008). O litoral rochoso é recortado em pequenas baías, que escondem praias de areia branca, sendo a principal atração do PNAr, especialmente no Verão (ICNF, 2012). Contudo, a Arrábida também é muito procurada pela sua forte personalidade paisagística, já que a fronteira entre a terra e o mar constitui um cenário propício à contemplação (Arrábida – Património Mundial, 2012). A transição entre o meio marinho e o terrestre, pontuado por uma vegetação mediterrânea exuberante, confere à Arrábida uma paisagem de rara beleza, muito procurada por turistas nacionais e estrangeiros (ICNF, 2012).

Tabela 5 – Indicadores do Sistema dos Recursos Naturais

Sistema dos Recursos Naturais			
Indicadores			PNArr
Recursos Naturais	Flora	Tipologias gerais de formações vegetais	8
		Nº de Espécies com estatuto de proteção	19
		Nº Endemismos	3
	Fauna	Nº de espécies de Anfíbios	12
		Nº de espécies de Répteis	17
		Nº de espécies de Aves	197
		Nº de espécies de Mamíferos	34
	Nº de espécies do ecossistema Marinho		1 320
	Geológicos	Tipos de solos	2

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap>

Com a análise do POPA e com a visualização do documentário “Al-rábida”, foi possível encontrar informações relativas ao indicador n.º6, Recursos culturais, nomeadamente:

Património Artístico, Histórico e Cultural

Os indícios de presença humana na Arrábida remontam ao Paleolítico Inferior, sendo possível encontrar património arqueológico datável do Calcolítico, da Idade do Bronze e da época Romana (Arrábida – Património Mundial, 2012). Devido à sua posição geográfica, a Arrábida teve inúmeras vezes um papel importante na estratégia militar, com o objetivo da defesa do património, exemplo dessa arquitetura militar os Castelos de Sesimbra e Palmela e o Forte de S. Filipe, em Setúbal (Arrábida – Património Mundial, 2012). Existem também outros edifícios de valor histórico-patrimonial, que eram utilizados como casa de férias pela nobreza portuguesa, como o Palácio da Bacalhoa, o Palácio dos Duques de Aveiro e o Palácio do Calhariz (ICNF, 2012). Com grande representatividade surge o património relacionado com atividades religiosas, como igrejas, ermidas e conventos, nomeadamente o Convento da Arrábida (Novo e Velho), o Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel e as Igrejas de S. Lourenço e S. Simão de Azeitão, sendo ainda possível encontrar inúmeros cruzeiros, pelourinhos, chafarizes e os característicos moinhos da Serra de S. Louro (ICNF, 2012). Encontramos em plena área do PNAr o Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida e

em Vila Nogueira de Azeitão o Museu Sebastião da Gama. Tendo como a pintura de azulejo a sua arte artesanal mais importante. Relativamente às festas e tradições no PNAr evidencia-se as romarias em nome da Nossa Senhora de Troia e as romarias dos vários círios, nomeadamente aquele que acontece todos anos no cabo espichel, com o objetivo de reunir todos os representantes dos círios dos Municípios da Arrábida.

Tabela 6 – Indicadores do Sistema dos Recursos Culturais

Sistema dos Recursos Culturais			
Indicadores			PNAr
Recursos Culturais	Património Histórico/Artístico/Cultural	Nº de Castelos	3
		Nº de Edifícios Históricos-patrimonial	3
		Nº de Conventos e Igrejas	4
		Nº de Outros edifícios importantes	4
		Nº Museus	2
		Artesanato	1
		Romarias	2

Fonte: POPA (ICNF) e vídeo “Al-rábida”

Através da análise do Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida e da visualização e interpretação de mapas disponíveis no Google maps, foi possível identificar a informação apresentada na tabela 19, relativo ao indicador n.7, Sistema de Transportes e Vias de Comunicação.

O Parque Natural da Arrábida dista cerca de 50 km do aeroporto de Lisboa e está servido por uma boa rede de acessos viários, ligando-o ao Norte e Sul do país, assim como a Espanha.

Distâncias

Lisboa – Setúbal: 50 km

Porto – Setúbal: 351 km

Faro – Setúbal: 245 km

Vias de Acesso

A entrada no PNAr pode ser feita pelas seguintes estradas: A12 de Setúbal para Lisboa, via Ponte Vasco da Gama; A6 para Évora, Estremoz e fronteira do Caia (para Espanha); A2 ligação a Lisboa e Norte pela ponte 25 de Abril; EN 10 ligação a Lisboa por Azeitão, Quinta do Conde e Almada; Pelo Sul, o acesso pode ser feito através da A2-IP1 ou EN 5. No Parque, a estrada mais utilizada é a EN-379, ligando Palmela, Azeitão

e Sesimbra e na sua variante EN-379-1 passando pelo convento e alto da serra, com ligação a Setúbal. Por via marítima, chega-se até ao parque por via do oceano ou do estuário do Sado, utilizando o porto de Setúbal e o porto de Sesimbra.

Transportes Públicos

Existe transporte público desde as seguintes localidades: As estações de comboio mais próximas são as de Palmela-Aires e Setúbal; Estação da CP a 2,5 km da sede, com ligação ao Barreiro e Lisboa (via fluvial); Ferry-boat entre a Península de Tróia e Setúbal;

Estação da Fertagus a 2,5 km da sede, com ligação a Lisboa via Ponte 25 de Abril); Empresas de camionagem: Rede Expressos Lisboa – Setúbal; empresas particulares Lisboa – Sesimbra e, dentro do Parque, ligações a partir de Sesimbra e Setúbal. Estação Rodoviária a 1,5 km da Sede e daí com ligação a Lisboa pela A12 (Ponte Vasco da Gama) e A2 com ligação a Lisboa pela Ponte 25 de Abril.

Tabela 7 – Indicadores de Transportes e Vias de Comunicação

Sistema de Transportes e Vias de Comunicação				
Indicadores				PNAr
Capacidade de Acesso	Aérea	Nº de acessos	Aeroportos	1
	Terrestre	Nº de acessos	Autoestradas	2
			Estradas Nacionais	5
			Estradas Municipais	3
	Marítima	Nº de acessos		2

Analisados os indicadores e verificando-se que todos eles apresentam valores quantitativamente generosos, podemos afirmar que o PNAr apresenta a competência turística necessária para que nele sejam realizadas atividades turísticas, no âmbito do turismo ativo/natureza, turismo cultural e Turismo Pedagógicos. Proposta essa que é apresentada de seguida, três programas turísticos, com objetivos pedagógicos. Onde foram tidas em conta as características do PNAr expostas anteriormente em forma de indicadores, recorrendo essencialmente aos mais relevante e incomparáveis que numa simbiose perfeita são os elementos expressivos deste território que ainda consegue

manter algumas das suas características próprias, de forma singular. Ao constatar o número de empresas que operam no PNAr, reconhecemos a capacidade deste território em captar atenção destes agentes, caso contrário este número teria descido, o que não se tem sentido, bem pelo contrário nos últimos 3 anos. Ao longo deste trabalho foram realizados em momentos distintos o levantamento da informação acima apresentada e verificou-se com o avançar do tempo, que no site do RNT o número de empresas foi continuamente aumentando. Quanto à oferta de alojamento esta também tem amplificado, possivelmente consequência do aumento da procura turística que se tem sentido junto dos Municípios da Arrábida. Apesar deste aumento em termos de qualidade já não se verifica o mesmo, como se pode constatar nos valores apresentados e para acentuar esta situação o recente encerramento da Pousada de S. Filipe em Setúbal¹⁴. O Alojamento Local nos últimos anos tem sentido um progresso enorme, quanto ao número de alojamento, ao nível nacional e estes Municípios não são exceção, graças à sua proximidade às praias do PNAr e aproveitando da parte da população local, nesta as oportunidades de negócio que aqui advêm, essencialmente na época do verão. Não há dúvidas que os Municípios da Arrábida exibem o que caracteriza as suas gentes e história, através dos variadíssimos pratos típicos e produtos locais desta região. Apresentam uma rica variedade destes produtos, beneficiando da melhor forma o que presenteia o próprio território, ao nível dos recursos do mar e do terreno agrícola, apresentando-os em pratos ricos em peixe, moluscos e doces, não esquecendo os seus famosos vinhos e licores. O PNAr “transpira história”, através da observação dos seus valores geológicos e dos vestígios humanos que ao longo da história os vários povos e até animais que por ali passaram foram deixando a sua “marca”, os quais podem ainda ser observados nos dias de hoje, tais como as pegadas de dinossauros e as antigas fábricas de peixe do período romano. Apesar dos acessos ao PNAr serem vários, existem algumas dificuldades na época do verão, nomeadamente no acesso às praias, devido essencialmente ao aumento da procura destes locais e às tipologias de estradas e estacionamento disponíveis no PNAr. Nos restantes meses do ano afluência não é tão sentida existindo uma maior facilidade de circulação nas estradas que dão acesso ao parque. Outro indicador de relevante interesse para este trabalho é a indicação do número considerado de potenciais públicos-alvo, ou seja, o número de escolas que existem nos Municípios da Arrábida, desde o ensino primário até ao nível universitário.

¹⁴ Pousada de Portugal, com categoria de 5 estrelas.

Tendo em conta todas as características do PNAr, os critérios na seleção dos recursos turísticos para cada um dos programas turísticos apresentados de seguida foram:

- A variedade florística (presença de uma flora única);
- A riqueza histórica (evolução histórica dos povos que viveram no PNAr)
- A extensão costeira e a sua interligação ao PNAr
- As características geológicas e paisagísticas;
- O património cultural (edifícios históricos);

Capítulo IV – Programas Turísticos no PNAr

Programa 1 - As PAM'S no PNAr – Da sala de aula para o PNAr I

1) Nome do Programa: As PAM's¹⁵ no PNAr – Da sala de aula para o PNAr I

2) Público-Alvo: alunos de nível secundário das Instituições de Ensino dos Municípios da Arrábida, com uma ligação direta com as disciplinas de biologia, ciência e história, no máximo 30 alunos e mínimo 10 alunos.

3) Locais a Visitar:

Quadro 7 – Identificação dos locais a visitar e respetiva tipologia dos recursos programa 1

	Locais a Visitar	Tipologia do Recurso
1	Convento da Arrábida	Cultural
2	Mata da Arrábida	Natural
3	Museu Oceanográfico	Cultural/Natural
4	Praia do Portinho da Arrábida	Natural
5	Ruínas Romanas do Creiro	Cultural

4) Critérios de seleção dos recursos turísticos:

- As PAM's presentes no PNAr;
- A evolução histórica dos povos que viveram no PNAr e a sua interligação com o parque;
- O Parque Marinho Luiz Saldanha e a sua ligação ao PNAr

¹⁵ PAM – Plantas Aromáticas e Medicinais

5) Objetivos do Programa:

Aquisição de conhecimentos da parte dos participantes, relativamente às PAM's presentes no PNAr, a sua importância ao longo dos tempos e os seus usos. A ligação desta temática à evolução história da população que habitou e habita o Parque, através de uma visita ao convento da arrábida e das ruínas da fábrica do creiro. Transmissão da importância do Parque marinho Luiz Saldanha e a sua ligação ao PNAr, através da visita guiada ao Museu Oceanográfico.

6) **Distância Total Percorrida:** 30 km (3 km pedestres + 27km autocarro)

6.1) Distancias Parciais:

Quadro 8 – Identificação das distâncias percorridas programa 1

Local (Início – Fim)	Distancia (Km)	Estradas / Caminhos
Setúbal - Convento da Arrábida	16km	N-10-4 + N-379-1
Convento da Arrábida – Museu Oceanográfico	1,5km	Caminho pedestre pela mata da Arrábida + N-10-4
Museu Oceanográfico – Praia do Portinho da Arrábida	500m	N-10-4
Praia do Portinho da Arrábida –Ruínas da Fábrica Romana do Creiro	1km	Caminho pedestre pela praia
Ruínas da Fábrica Romana do Creiro - Setúbal	11 km	N 10-4

7) **Tempo de duração da atividade:** 7h30min

8) Horários:**Quadro 9** – Identificação dos horários e respetivas atividades do programa 1

Horário	Atividade	Informação Adicional
8h30 – 9h00	Percurso de Autocarro	Saída da Escola até ao Convento
9h00 – 10h30	Visita guiada ao Convento da Arrábida	Morada: Convento da Arrábida, Apartado 28, 2925 Azeitão
11h00 – 12h00	Percurso Pedestre	Convento da Arrábida ao Museu Oceanográfico
12h00 – 13h00	Visita Guiada e Peddy Paper no Museu Oceanográfico ¹⁶	Morada: Fortaleza de St. ^a Maria - Portinho da Arrábida
13h00 – 14h00	Almoço	Praia do Portinho da Arrábida
14h00 – 15h30	Visita Guiada à Ruínas da Fábrica Romana do Creiro	Morada: Junto à praia do Creiro
15h30 – 16h00	Percurso de Autocarro	Regresso à escola

9) Época de realização da atividade:

9.1) Anual: durante o período escolar, de preferência Setembro a Outubro e Abril a Junho.

9.2) Semanal: Terça-feira a Sexta-feira

¹⁶ O peddy-paper é uma prova pedestre de orientação para equipas, que consiste num percurso dentro do museu ao qual estão associadas perguntas correspondentes aos diferentes pontos. Trata-se de uma atividade lúdica ligada à aquisição de conhecimentos, colocado em prática pelos monitores deste museu.

10) Recursos Necessários:

Quadro 10 – Identificação dos recursos necessários para o programa 1

Humanos	Materiais	Financeiros	Técnicos	Espaciais	Temporais
1 Guia; 1 Professor por cada 15 alunos	Sala de aula; Projetor; Exemplos de PAM's Transporte (Autocarro das Câmaras Municipais);	4,75€/pax	Manuais Técnicos; Materiais didáticos fornecidos pelo museu;	PNAr	Terça-feira a Sexta-feira; 8h30-15h30

11) Mapa do Programa:

11.1) Mapa Geral:

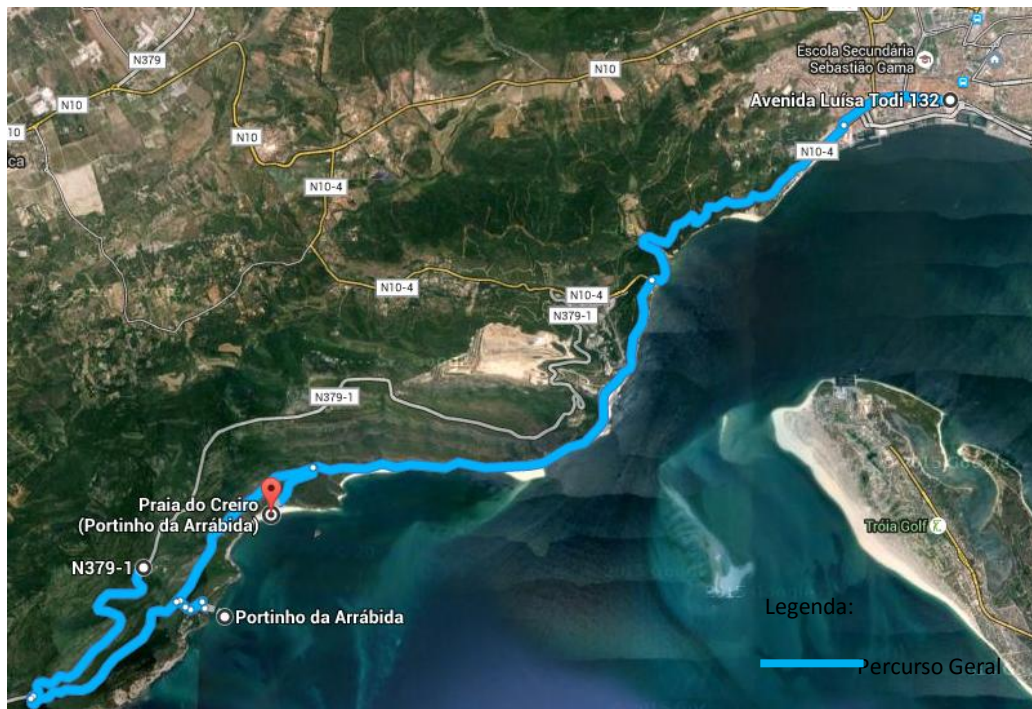


Figura 3 - Percurso Geral do Programa 1

11.2) Mapas dos Percursos:

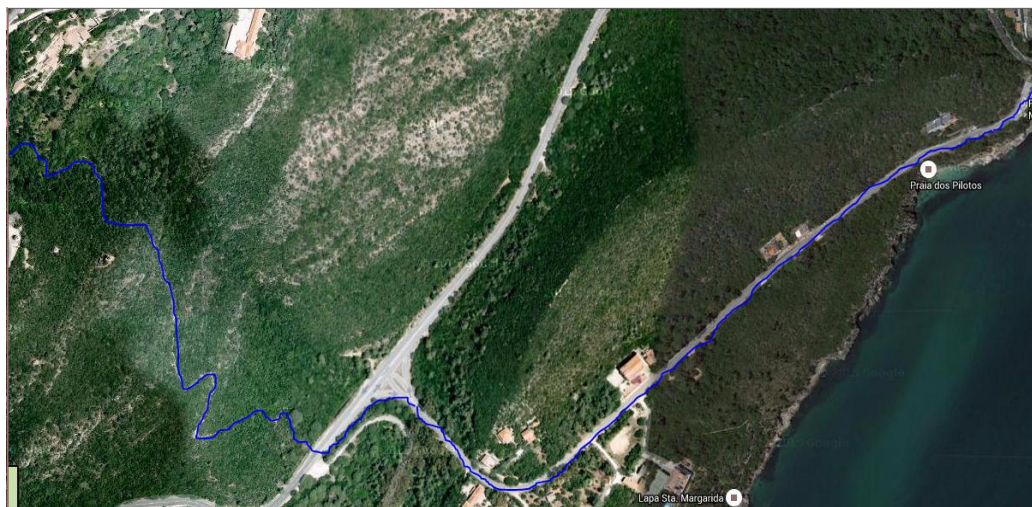


Figura 4 - Percurso Pedestre: Convento da Arrábida – Museu Oceanográfico

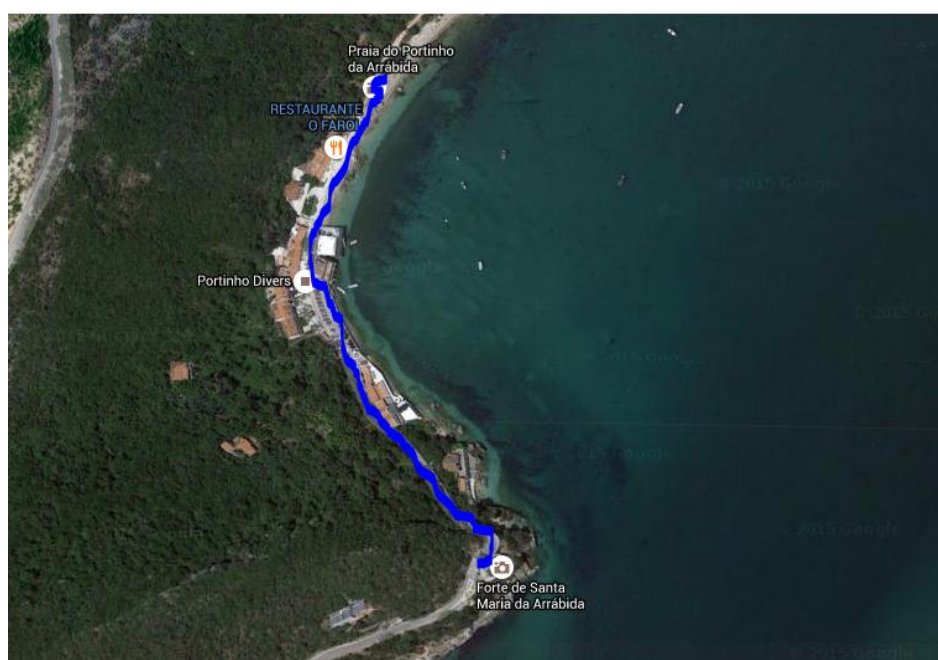


Figura 5 - Percurso Pedestre: Museu Oceanográfico - Praia do Portinho da Arrábida

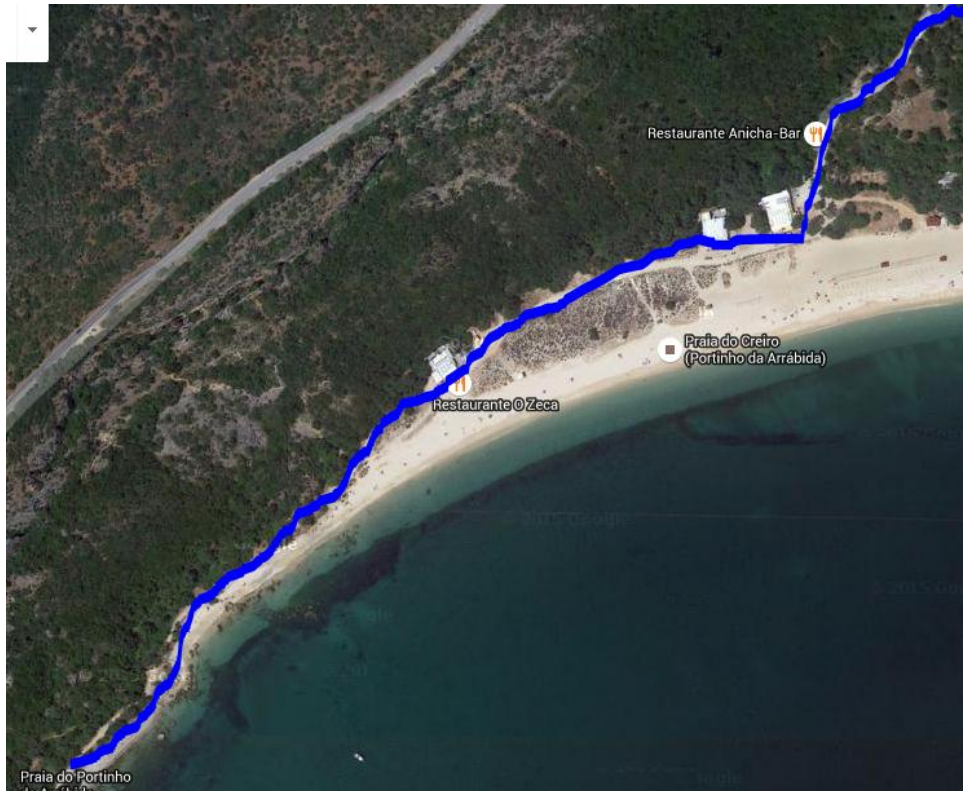


Figura 6 - Percurso Pedestre: Praia do Portinho da Arrábida - Fábrica Romana do Creiro

12) Características próprias do programa:

Antes da realização da atividade no Parque Natural da Arrábida, é oferecida uma palestra na escola, junto do público-alvo, com o objetivo de sensibilizar os alunos sobre a temática “A flora do Parque Natural da Arrábida – o uso das plantas aromáticas e medicinais”. E agendado para num outro dia a atividade no PNAr, tendo como pano de fundo a temática apresentada na palestra. Ou seja, ao longo da atividade serão evocados vários momentos de reflexão sobre os conhecimentos passados na palestra com o que podem visualizar e identificar no PNAr.

Em anexo a este trabalho é possível encontrar informação mais detalha sobre os locais propostos a visitar, nomeadamente:

Quadro 11 – Identificação dos Locais a Visitar programa 1

Locais a Visitar	Anexo
Convento da Arrábida	III
Percurso pedestre pelo PNAr: Convento – Portinho da Arrábida	
Museu Oceanográfico	
Ruínas Romanas do Creiro	

13) Orçamento:

- Visita ao Convento da Arrábida - 3euros/pax (Grupos escolares)
- Visita ao Museu Oceanográfico - 1,75 euros/pax
- Autocarro – Sendo das Câmaras Municipais não existe custos inerentes à sua utilização, por ser uma atividade para as escolas dos Municípios;
- Almoço e lanches – cada aluno será responsável pelo seu;

Programa 2 - As PAM'S no PNAr – Da sala de aula para o PNAr II

1) Nome do Programa: As PAM¹⁷ no PNAr – Da sala de aula para o PNAr II

2) Público-Alvo: alunos de nível secundário das Instituições de Ensino dos Municípios da Arrábida, com uma ligação direta às vertentes de ensino de restauração e cozinha, no máximo 30 alunos e mínimo 10 alunos.

3) Locais a Visitar:

Quadro 12 – Identificação dos locais a visitar e respetiva tipologia dos recursos programa 2

	Locais a Visitar	Tipologia do Recurso
1	Mata e costa da Arrábida	Natural
2	Praia do Portinho da Arrábida	Natural
3	Ruínas Romanas do Creiro	Cultural

4) Critérios de seleção dos recursos turísticos:

- As PAM's presentes no PNAr;
- A evolução histórica dos povos que viveram no PNAr e a sua interligação com o parque;

5) Objetivos do Programa:

Aquisição de conhecimentos da parte dos participantes, relativamente às PAM's presentes no PNAr, a sua importância ao longo dos tempos e os seus usos. A ligação desta temática à evolução história da população que habitou e habita o Parque,

¹⁷ PAM – Plantas Aromáticas e Medicinais

através de uma visita às ruínas da fábrica do Creiro. Identificação das PAM's ao longo do percurso pedestre.

6) **Distância Total Percorrida:** 30 km (3 km pedestres + 27km autocarro)

3.1) Distancias Parciais:

Quadro 13 – Identificação das distâncias percorridas programa 2

Local (Início – Fim)	Distancia (Km)	Estradas / Caminhos
Setúbal - Portão do Convento da Arrábida	16km	N-10-4 + N-379-1
Portão do Convento da Arrábida - Praia do Portinho da Arrábida	2 km	Caminho pedestre pela mata da Arrábida + N-10-4
Praia do Portinho da Arrábida – Ruínas da fábrica Romana do Creiro	1km	Caminho pedestre pela praia
Ruínas da fábrica Romana do Creiro - Setúbal	11 km	N 10-4

7) **Tempo de duração da atividade:** 3h30min

8) Horários:

Quadro 14 – Identificação dos horários e respetivas atividades do programa 2

Horário	Atividade	Informação Adicional
8h30 – 9h00	Percurso de autocarro	Percurso da Escola até ao portão do Convento
9h00 – 10h30	Percurso Pedestre	Percurso: Convento da Arrábida, Apartado 28, 2925 Azeitão à Praia do Portinho da Arrábida
10h30 – 11h00	Lanche	Junto à praia do Portinho da Arrábida
11h00 – 11h30	Visita Guiada `Fábrica Romana do Creiro	Morada: Junto à praia do Creiro
11h30 – 12h00	Percurso de Autocarro	Regresso à escola

9) Época de realização da atividade:

9.1) Anual: durante o período escolar, de preferência Setembro a Outubro e Abril a Junho.

9.2) Semanal: Segunda-feira a Sexta-feira

10) Recursos Necessários:**Quadro 15** – Identificação dos recursos necessários para o programa 2

Humanos	Materiais	Financeiros	Técnicos	Espaciais	Temporais
1 Guia; 1 Professor por cada 15 alunos	Sala de aula; Projetor; Exemplos de PAM's Transporte (Autocarro das Câmaras Municipais);	Sem encargos	Manuais Técnicos;	PNAr	Segundas-feira a Sexta-feira; 8h30-12h00

11) Mapa do Programa:

11.3) Mapa Geral:

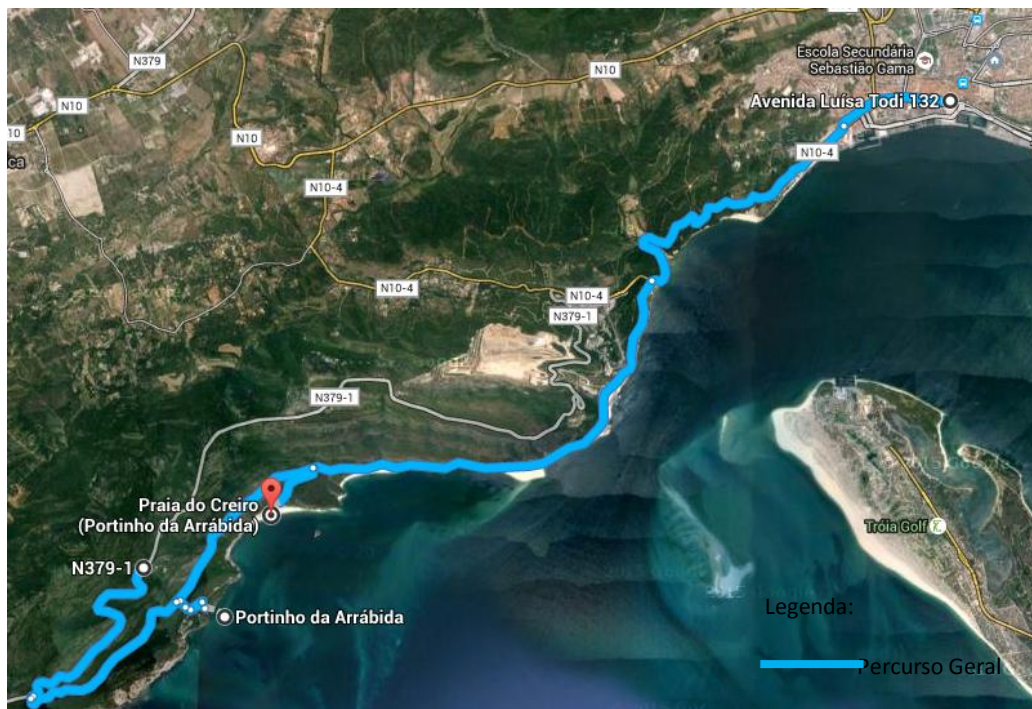


Figura 7 - Percurso Geral do Programa 2

11.4) Mapas dos Percursos:

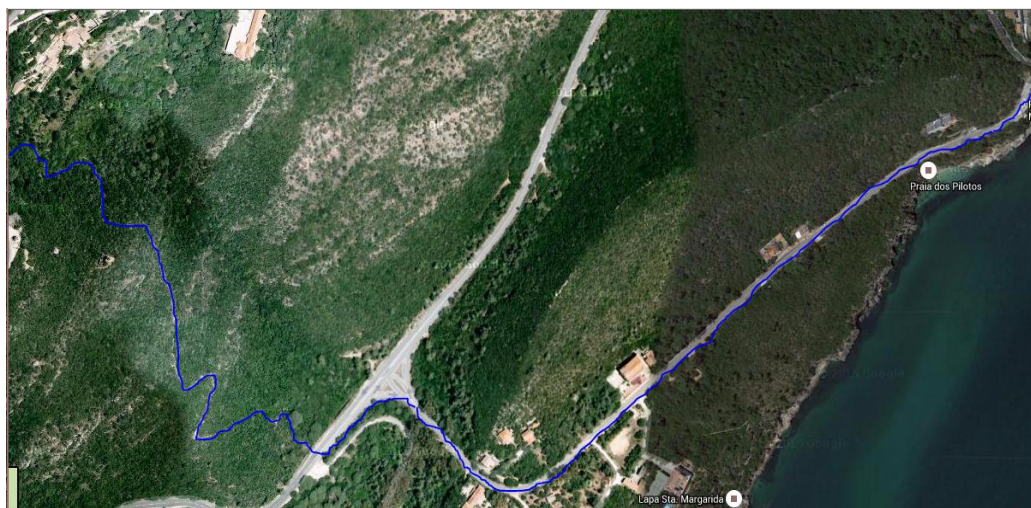


Figura 8 - Percurso Pedestre: Convento da Arrábida – Museu Oceanográfico

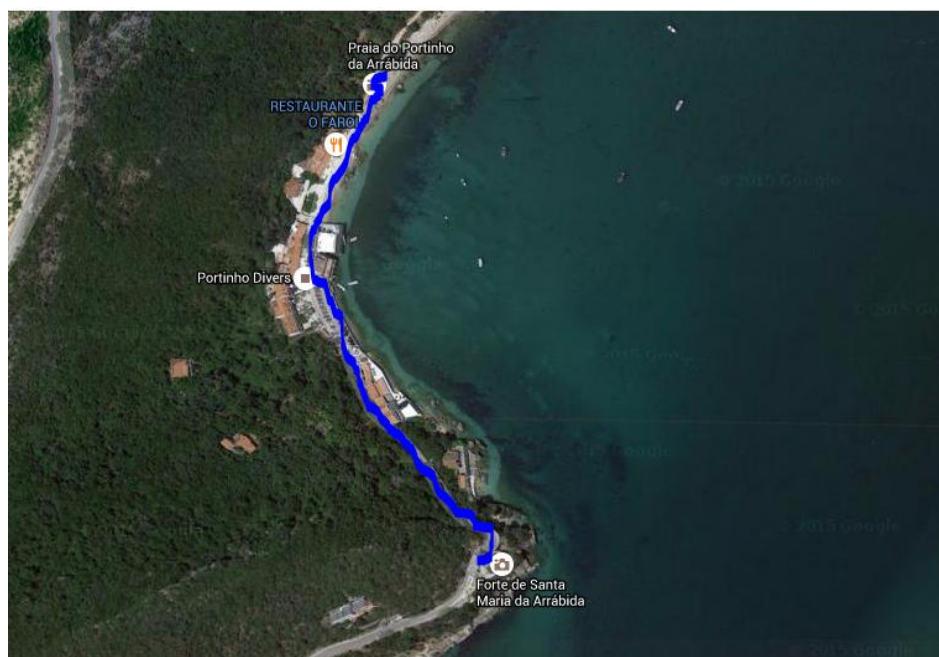


Figura 9 - Percurso Pedestre: Museu Oceanográfico - Praia do Portinho da Arrábida

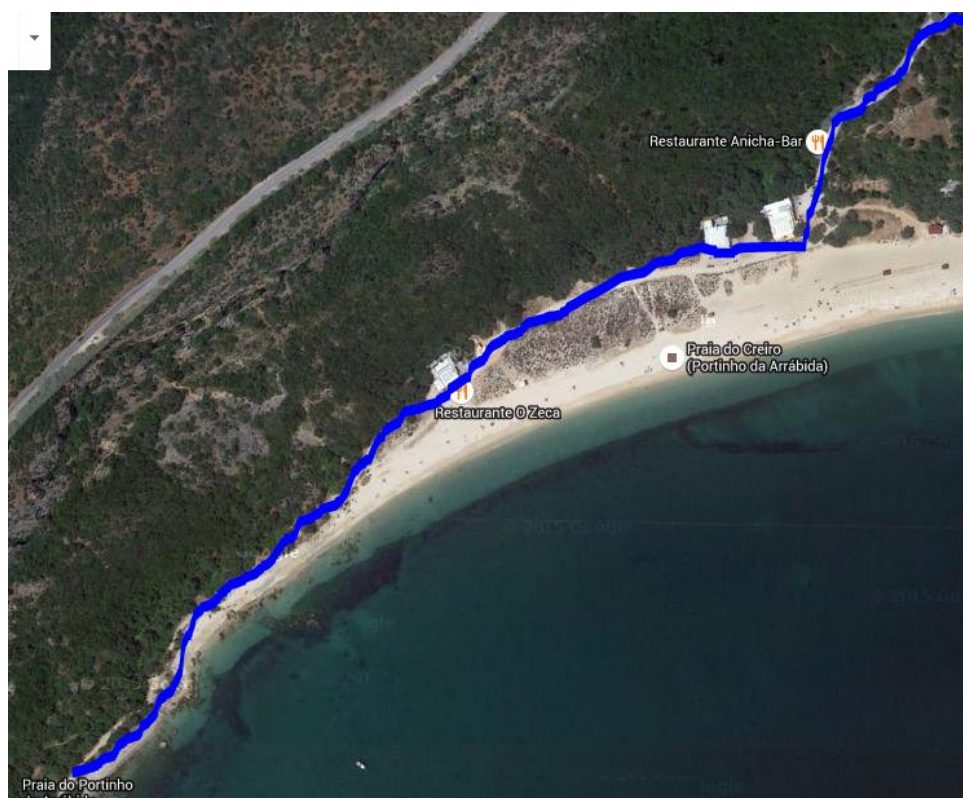


Figura 10 - Percurso Pedestre: Praia do Portinho da Arrábida - Fábrica Romana do Creiro

12) Características próprias do programa:

À semelhança do programa 1, este programa apresenta duas fases distintas, a 1ª em contexto de sala através de uma palestra, junto do público-alvo, com o objetivo de sensibilizar os alunos sobre a temática “A flora do Parque Natural da Arrábida – o uso das plantas aromáticas e medicinais”. E a 2ª fase ocorre no PNAR, agendada para num outro dia após a palestra, tendo como pano de fundo a temática apresentada na palestra. Ou seja, ao longo da atividade no PNAr serão evocados vários momentos de reflexão sobre os conhecimentos passados na palestra com o que podem visualizar e identificar no PNAr.

Em anexo a este trabalho é possível encontrar informação mais detalhada sobre os locais propostos a visitar, nomeadamente:

Quadro 16 – Identificação dos Locais a Visitar programa 2

Locais a Visitar	Anexo
Percorso pedestre pelo PNAr: Convento – Portinho da Arrábida	III
Ruínas Romanas do Creiro	

13) Orçamento:

- Sem despesas adicionais
- Autocarro – Sendo das Câmaras Municipais não existe custos inerentes à sua utilização, por ser uma atividade para as escolas dos Municípios;
- Lanche da manhã – cada aluno será responsável pelo seu;

Programa 3 - Percurso Pedestre pelas Terras do Risco

1) Nome do Programa: Percurso Pedestre pelas Terras do Risco

2) Público-alvo: alunos de nível básico (2º e 3º ciclo) e secundário das Instituições de Ensino dos Municípios da Arrábida, no âmbito das disciplinas de biologia e geologia, no máximo 30 alunos e mínimo 10 alunos.

3) Locais a Visitar /Pontos de Interesse:

Quadro 17 – Identificação dos pontos de interesse e respetiva tipologia dos recursos programa 3

	Pontos de Interesse	Tipologia do Recurso
1	Serra do Risco	Natural
2	Convento de El Carmen	Cultural
3	Pedreiras	Geológico
4	Campos Agrícolas	Humano
5	Mar	Natural

4) Critérios de seleção dos recursos turísticos:

- Localização da Serra do Risco,
- Os locais do percurso (campos agrícolas e vegetação típica do clima mediterrânico)
- O Património Edificado (Convento de El Cármén)
- A aproximação e a vista panorâmica para a Serra do Risco, com o mar como pano de fundo.
- A distância do percurso o tipo de relevo (baixo), apresentando uma dificuldade baixa;

5) Objetivos do Programa

Aquisição de conhecimentos da parte dos participantes, relativamente á paisagem, tipologia de flora, características geológicas do percurso e observação do património edificado. Reconhecimento da evolução história da população que habitou e habita esta zona do PNAr. Incentivo à atividade física (caminhada), a valorização desta AP e como passagem de conhecimento. Constatação das características, paisagens e elementos visualizados durante o filme Vida Selvagem – Arrábida da Serra ao Mar, que o professor das respetivas turmas é aconselhado a passá-lo numa das suas aulas antes da concretização deste percurso pedestre.

6) Distância Total Percorrida: 11,5 km

Quadro 18 – Identificação da distancia percorrida programa 3

Local (Início – Fim)	Distancia (Km)	Estradas / Caminhos
Junto à Casa de Calhariz (estrada M-525)	11,5km	Caminho pedestre pelo PNAr

7) Tempo de duração da atividade: 5h30min

8) Horários:

Quadro 19 – Identificação dos horários e respetivas atividades do programa 3

Horário	Atividade	Informação Adicional
10h00	Saída da Escola	Percurso efetuado em Autocarro
10h30	Início do Percurso Pedestre	Casa de Calhariz (estrada M-525)
10h30-12h30	Percurso Pedestre	Sensibilização dos valores patrimoniais do PNAr
12h30	Pausa para Almoço	Contemplanção da paisagem (Serra e Mar)
13h00 – 15h00	Percurso Pedestre	Sensibilização dos valores patrimoniais do PNAr
15h00	Fim do Percurso Pedestre	Casa de Calhariz (estrada M-525)
15h30	Chegada à Escola	Percurso efetuado em Autocarro

9) Época de realização da atividade:

9.1) Anual: durante o período escolar, de preferência Setembro a Outubro e Abril a Junho.

9.2) Semanal: segunda-feira a sexta-feira

10) Recursos Necessários:

Quadro 20 – Identificação dos recursos turísticos necessários, programa 3

Humanos	Materiais	Financeiros	Técnicos	Espaciais	Temporais
1 Guia; 1 Professor por cada 15 alunos	Filme: Vida Selvagem – Arrábida da Serra ao Mar Transporte (Autocarro das Câmaras Municipais);	Sem encargos	Materiais didáticos (Filme) visualizado na aula do professor	PNAr	Segunda-feira a Sexta-feira; 10h00-15h30

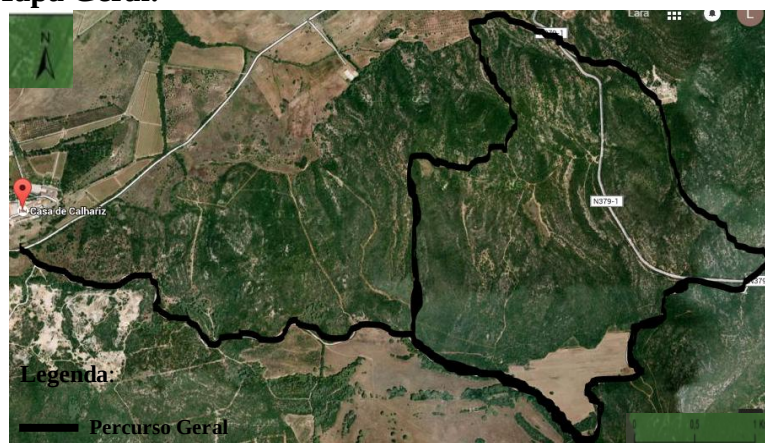
11) Mapa do Programa:**11.1) Mapa Geral:**

Figura 11 – Percurso Geral do Programa 3

11.2) Mapas dos Percursos:

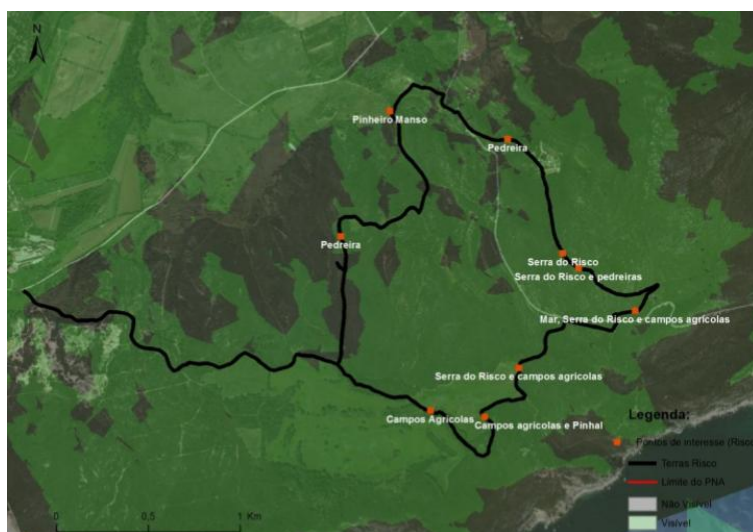


Figura 12 – Visibilidade dos pontos de interesse no percurso pedestre pelas Terras do Risco

12) Características próprias do programa:

Localizado na Serra do Risco, o percurso tem início no troço linear, junto à Casa Calhariz e vai variando de cenário e de tipo de trilho ao longo do seu traçado. A maior parte do percurso é realizada por entre campos agrícolas e vegetação típica do clima mediterrânico, tendo a Serra do Risco como pano de fundo. O Convento de El Cármem constitui a atração em termos de património edificado, sendo que nas suas proximidades existe um troço mais estreito, com vegetação fechada e em maior altitude, que propicia uma vista panorâmica para a Serra do Risco, com o mar como pano de fundo. Durante esta atividade serão evocados vários momentos de reflexão sobre os valores patrimoniais do PNAr (Naturais e Culturais). O percurso pedestre das Terras do Risco apresenta grande visibilidade em toda a sua extensão, com exceção para o troço a oeste e para o início do troço linear. Os campos agrícolas e os maciços de pinheiro-manso são a paisagem dominante. Uma parte significativa do percurso é realizado entre os 150 e os 200 metros, contudo são atingidas altitudes mais elevadas (200 a 300 metros) no troço entre o Convento

de El Cármem e a estrada. A zona de plantação de pinheiro-manso e o início do troço linear correspondem aos locais de menor altitude.

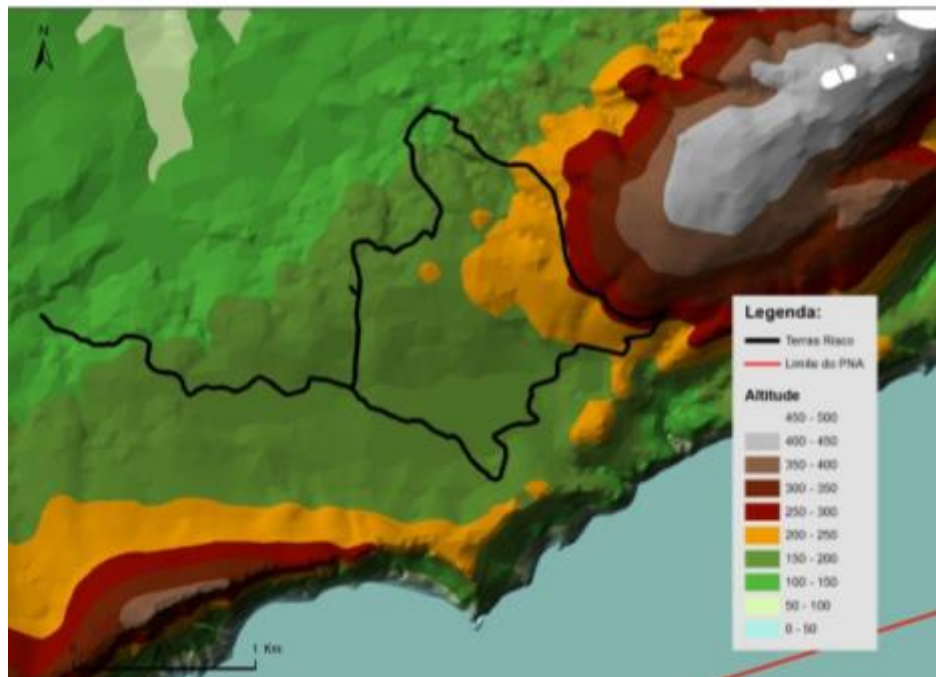


Figura 13 - Altitude do percurso pedestre pelas Terras do Risco

É possível verificar pela Figura 12 a proximidade do percurso das Terras do Risco ao mar, assim como o baixo-relevo, apenas contrariado pelo troço do lado direito da imagem. Pode-se ainda observar a dimensão dos campos agrícolas.



Figura 14 - Vista 3D do percurso pedestre pelas Terras do Risco

Em anexo a este trabalho é possível encontrar informação mais detalha sobre os pontos de interesses propostos neste percurso, nomeadamente:

Quadro 21 – Pontos de Interesse referidos durante o percurso, programa 3

Pontos de Interesse	Anexo
Casa de Calhariz	IV
Serra do Risco	
Pedreiras da Arrábida	
Convento de El Cámen	
Parque Marinho Luiz Saldanha	

13) Orçamento:

- Autocarro – Sendo das Câmaras Municipais não existe custos inerentes à sua utilização, por ser uma atividade para as escolas dos Municípios;
- Almoço e lanche – cada aluno será responsável pelo seu;

Programa 4 – Navegando pelo PNAr

1) Nome do Programa: Navegando pelo PNAr

2) **Público-alvo:** alunos de nível básico (3º ciclo) e secundário das Instituições de Ensino dos Municípios da Arrábida, no âmbito das disciplinas de Educação Física e geologia, no máximo 30 alunos e mínimo 10 alunos.

3) Locais a Visitar / Pontos de Interesse:

Quadro 22 – Identificação dos Pontos de interesse programa 4

	Pontos de Interesse
1	Parque Urbano de Albarquel (PUA)
2	Parque Marinho Luiz Saldanha
3	Parque da Comenda

4) Critérios de seleção dos recursos turísticos:

- As características do mar, possibilitando de forma tranquila a prática de canoagem;
- As magníficas arribas e praias da Serra da Arrábida;
- A bela paisagem ao longo do percurso
- Os valores patrimoniais do PNAr

5) Objetivos do Programa:

A possibilidade dos participantes realizarem uma atividade física e o contato direto com o mar em águas transparentes, ao longo da costa acompanhando as magníficas arribas e

praias da Serra da Arrábida, ao mesmo tempo deslumbra-se com os valores patrimoniais do PNAr.

6) Distância Total Percorrida: 3,5 km

6.1) Distancias Parciais:

Quadro 23 – Identificação das distancia percorrida, programa 4

Local (Início – Fim)	Distancia (Km)	Estradas / Caminhos
PUA	3,5km	Percurso de Kayak junto à costa

7) Tempo de duração da atividade: 3h30min

8) Horários:

Quadro 24 – Identificação dos horários e respetivas atividades do programa 4

Horário	Atividade	Informação Adicional
9h30	Saída da Escola	Percurso pedestre ou autocarro
10h00	Concentração no PUA	Junto ao Clube Náutico
10h30	Início do Percurso de Kayak	Noções básicas de navegação
11h00	Pausa junto ao Parque da Comenda	Lanche
11h00 – 12h00	Continuação do percurso	Entrada pela foz da Comenda
12h30	Fim da atividade	Termina quando todos os kayaks ficam dentro do clube
13h00	Chegada à escola	Percurso pedestre ou autocarro

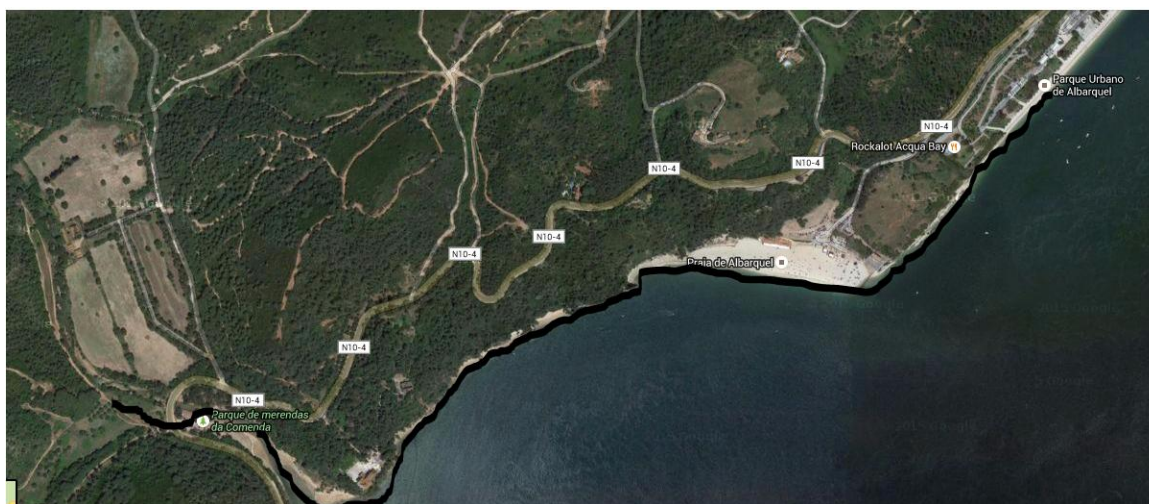
9) Época de realização da atividade:

9.1) Anual: durante o período escolar, de preferência Setembro a Outubro e Abril a Junho.

9.2) Semanal: Segundas-feiras a Sexta-feira

10) Recursos Necessários:**Quadro 25** – Identificação dos recursos turísticos necessários, programa 4

Humanos	Materiais	Financeiros	Técnicos	Espaciais	Temporais
2 Monitores do clube náutico por cada 15 alunos	Transporte (Autocarro das Câmaras Municipais), caso os alunos não sejam do município de setúbal; T-shirt e fato de banho; toalha; muda de roupa; sandálias de plástico ou borracha; boné/chapéu e protetor solar.	3,5€/pax	Equipamento de canoagem: Kayaks, pagaias e coletes;	Zona costeira do PNAr, Parque Urbano de Albarquel, Parque de merendas da Comenda	Segunda-feira a Sexta-feira; 9h30-13h00

11) Mapa do Programa:**Figura 15** - Percurso Geral do Programa 4Fonte: Google Maps - <https://www.google.com/maps>**12) Características próprias do programa:**

Nesta atividade propõe-se uma manhã de canoagem de mar em águas transparentes, ao longo da costa acompanhando as magníficas arribas e praias da Serra da Arrábida. A proposta aqui apresentada é no período da manhã, mas havendo a possibilidade de ser

realizada no período da tarde. Com uma bela paisagem de fundo e com a prática de atividade física, ao mesmo tempo deslumbra-se com os valores patrimoniais do PNAr. Os participantes devem utilizar roupa que permita liberdade de movimentos (por exemplo T-shirt e fato de banho) e levar toalha, devendo deixar uma muda de roupa seca em terra, recomenda-se a utilização de sandálias de plástico ou borracha ou em alternativa (para os mais friorentos) calçado de neoprene ou ténis velhos, (não utilizar chinelos/havaianas), indispensável a utilização de boné/chapéu e protetor solar.

Os participantes nesta atividade têm direito ao aluguer do equipamento de canoagem (Kayaks, pagaias e coletes) e acompanhamento monitores do clube náutico que darão as orientações durante a atividade. Apenas são possíveis a participação máxima de 30 alunos, incluindo professores.

13) Orçamento:

- Aluguer de Kayak: 3,5 euros/pax (grupos escolares)
- Autocarro – Sendo das Câmaras Municipais não existe custos inerentes à sua utilização, por ser uma atividade para as escolas dos Municípios;
- Lanche – cada aluno será responsável pelo seu;

Considerações Finais

O Parque Natural da Arrábida (PNAr) é uma área que parece pequena quando comparada com a quantidade e diversidade de empresas e atividades nela realizada.

Este trabalho ajudou a compreender qual a competência turística do PNAr, em relação à oferta nas várias vertentes do sistema turístico. Desde as entidades que promovem atividades, até aos recursos naturais e culturais do próprio parque.

Concluindo este trabalho, pretende salvaguardar o potencial turístico presente no Parque Natural da Arrábida, ao nível de recursos naturais e culturais e alerta a necessidade de explorar tais recursos, tendo sempre em linha de conta um desenvolvimento turístico sustentável, onde os Programas Turísticos apresentam um papel fundamental na sua promoção, divulgação e na “passagem” de conhecimentos às comunidades educativas. E deste modo a sensibilização da preservação destes “tesouros”, valorizando junto deste público que agora já fazem parte mas que num futuro muito próximo serão agentes fundamentais neste processo de evolução sustentável do PNAr.

Este relatório centrou-se na organização de quatro programas turístico com objetivos educativos, duração variável, inclusão de atividade de animação turística (turismo ativo, turismo cultural), desenvolvido a partir das quatro fases básicas da gestão de projetos. Numa primeira fase a análise/diagnóstico do potencial de um território para as práticas de turismo ativo e de turismo cultural, da qual concluiu-se que o parque apresenta enormes qualidades e potencial neste âmbito. Realizou-se o planeamento de quatro programas de atividades turísticas com a duração de um dia e/ou meio-dia, tendo em conta vários fatores mas com ênfase nos recursos, o grupo-alvo e os objetivos do programa. A última fase, avaliação dos programas, através da experimentação pelo grupo alvo, esta não chegou a ser concretizada de forma real, devido a várias questões inerentes, nomeadamente a instabilidade climática que se fez sentir durante o desenvolvimento deste trabalho. Apesar de que, todas elas foram concretizadas numa vertente associada à minha profissão, como docente nas escolas dos Municípios da Arrábida, aplicadas nas minhas aulas e turmas. Todas elas com enorme sucesso e impacto bastante positivo junto deste público, havendo uma aceitação enorme da parte das comunidades escolares a realização deste tipo de programas e por sua vez foi notório os objetivos a serem alcançados, nomeadamente a valorização e motivação de divulgação do património pelos alunos.

Referencias Bibliográficas

Abreu, J. (2011). Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Acuña, A. (1996). Los deportes de Aventura en la naturaleza. Una aproximación a la práctica ecológica. En García-Ferrando, M. y Martínez, J.R. (Coords) Ocio y deporte en España. Ensayos sociológicos sobre el cambio. Valencia: Ed. Tirant lo Blanch.

AEP (2010). Turismo de Natureza, Associação Empresarial de Portugal.

Bahia, M. (2008). Uma análise crítica das actividades de aventura: possibilidades de uma prática consciente e sustentável, Equilíbrio.

Ceballos-Lascuráin, H.(1996). Tourism, ecotourism, and areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 2-8317-0124-4.

Cunha, L. (1997). Economia e Política do Turismo. Mcaraw-Hill, Portugal.

Cunha, A. (2008). Biomares project – non-technical report nº 1, acedido em <http://ec.europa.eu/ourcoast/download>

Cunha, L. (2002). Uma Perspectiva para a Gestão Integrada de Áreas Protegidas. Millenium, Revista do ISPV.

Deco (2008). Guia dos desportos de natureza. Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

Dudley, N. (2008). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. IUCN, Gland, Switzerland, 978-2-8317-1086-0

Ferreira, L. (2005). Estudo Analítico das Variáveis da Macro Envolveinte de um Destino Turístico. Revista Téckne – Estudos Politécnicos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, n.º 4, Vol. II.

Ham, Sam (1992). *Environmental interpretation--A practical guide for people with big ideas and small budgets*. Golden, CO: Fulcrum Publishing. ISBN 1-55591-902-2.

Hinch, T., & Higham, J. (2004). *Sport Tourism Development*. Great Britain: Channel View Publications.

ICN (2003). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida - Relatório*. Instituto de Conservação da Natureza.

ICN (2006a). *Enquadramento Estratégico Parque Natural Arrábida*. Instituto da Conservação da Natureza.

ICNB (2009). *Plano Prévio de Intervenção em Incêndios Rurais 2009*. Parque Natural da Arrábida: Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade.

ISA-ICN (2004). *Avaliação da proposta de plano de ordenamento do Parque Natural da Arrábida*. Instituto Superior de Agronomia, Instituto da Conservação da Natureza.

Martins Ramos, F. (1999): “Du tourisme culturel au Portugal”, em *Ethnologie Française* n.º XXIX.

Melo, R. (2009). *Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual*. Exedra.

Mota, C. (2006). *Actividades físicas de aventura na natureza na comunidade urbana Valimar - passos para a sua compreensão*. Tese de Mestrado. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Newsome, D., Moore, S., & Dowling, R. (2002). *Natural area tourism: ecology, impacts, and management*, Channel View Publications, Great Britain, 1-853150-25-3

Nunes, P. (2005) *Lazer, turismo e desporto: a animação turístico desportivo numa perspetiva de sustentabilidade*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desporto. Lisboa. UTL/FMH.

NPS (2011). The Visitor Experience and Resource Protection (VERP) Framework A Handbook for Planners and Managers, U.S. Department of the Interior, National Park Service.

Pedro, J. G. (1998). Vegetação e Flora da Arrábida (2ª ed.). Lisboa: ICN.

Pickering, C. (2010). Ten Factors that Affect the Severity of Environmental Impacts of Visitors in Protected Areas. *AMBIO*, 39(1), 70-77. doi:10.1007/s13280-009-0007-6

Pimentel, Emanuelle de Melo. (2008). Estratégia para a gestão da sazonalidade: a oferta turística algarvia. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. (1996). 1ª Fase - Estudos de Caracterização do Parque Natural da Arrábida.

Ribeiro, O. (2004). A Arrábida - Esboço Geográfico (3ª ed.). Sesimbra: Fundação Oriente e Câmara Municipal de Sesimbra.

Richards, G. (1996): “Introduction: Culture and Tourism in Europe” em Richards, G. (ed.): *Cultural Tourism in Europe*. Oxon: CAB International.

Tilden, Freeman (1957). *Interpreting our heritage*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. ISBN 0-8078-4016-5.

TPWD (2011). What is Nature Tourism?, consultado em Fevereiro de 2015, disponível em http://www.tpwd.state.tx.us/landwater/land/programs/tourism/what_is/.

UNEP-WCMC (2003). 2003 United Nations List of Protected Areas. United Nations Environment Programme - World Conservation Monitoring Centre.

WDPA (2014). What is a protected area. Consultado em Dezembro de 2014 e disponível em http://www.wdpa.org/FAQ.aspx#ctl00_MainContent_Faq3.

Weaver, D. (2002). *Ecotourism as a Tool for Development*. The 4th International Environmental Congress of Andorra: Ecotourism in Mountain Areas. Andorra.

Anexos

Anexo I – Classificação de interesse do Património Natural do PNAr

Quadro 26 – Quadro Síntese da Classificação de interesse do Património Natural do PNAr¹⁸

AREA	Importância científica	Interesse pedagógico	Riqueza geológica	Raridade geológica	Contribuição para os conhecimentos	Valor cultural e estético	Fragilidade do sistema	Coerência e interligação	TOTAL	MÉDIA
Serra da Arrábida	10	10	10	10	10	10	10	10	80	10
Litoral do Cabo Espichel	10	10	10	9	10	10	10	9	78	9,75
Litoral do Risco	9	10	9	10	9	10	10	10	77	9,625
Serra de S. Luís	10	8	9	9	10	9	8	9	72	9
Conglomerados Intraformacionais da Califórnia	10	9	8	10	10	8	8	7	70	8,75
Gesseira de Sesimbra	9	10	8	8	9	8	10	7	69	8,625
Vertente norte da Serra do Risco	7	9	8	7	7	7	9	9	63	7,875
Diapiro de Sesimbra	8	8	8	7	8	8	7	8	62	7,75
Plataforma do Cabo Espichel	8	7	8	6	7	9	8	8	61	7,625
Costeiras da Serra do Louro	8	8	8	6	7	8	7	8	60	7,5
Serra dos Gaiteiros	9	8	5	8	8	8	6	7	59	7,375
Pedreira de Terras do Risco	8	7	4	9	10	5	7	6	56	7
Pedreira do Avelino	7	9	5	6	6	8	8	6	55	6,875
Lapa de Santa Margarida	8	6	5	5	7	7	9	7	54	6,75
Hogbacks da Azóia	6	5	4	8	5	8	7	9	52	6,5
Forte de Albarquel	7	6	5	5	6	6	6	7	48	6
Hogbacks da Comenda	5	7	5	7	5	7	6	6	48	6

¹⁸ POPA 1ª fase – Estudos de Caracterização (2000)

Anexo II- Níveis de proteção especial no PNAr

Quadro 27 - Níveis de proteção especial no PNAr, para área terrestre¹⁹

	Tipo	Objetivo	Atividades permitidas	Valores salvaguardados
Áreas de Proteção Total		Garantir a manutenção dos valores e processos naturais; preservar exemplos de excecional valor e ecologicamente representativos; conservar jazidas de fósseis e minerais de elevada importância.	Investigação científica ou monitorização ambiental (com exceção dos proprietários).	Formações vegetais singulares de carrascal arbóreo, áreas de ocorrência de endismos florísticos e de avifauna (Mata do Solitário, Mata da Coberta Nascente e Poente e arriba sul do Cabo Espichel).
Áreas de Proteção Parcial	I	Conservação dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a garantia da conservação da natureza e biodiversidade.	Utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais (recolha de produtos florestais; atividade de pastorícia, obras de conservação; atividades de Desporto de Natureza).	Espaços que contém valores naturais e paisagísticos com significado ou relevantes do ponto de vista da conservação da natureza, assim como elevada ou moderada sensibilidade ecológica.
	II	Preservação e valorização dos valores de natureza biológica, geológica e paisagísticas relevantes para a garantia da biodiversidade e a manutenção dos usos tradicionais do solo e dos recursos hídricos	Utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais; utilizações do uso do solo e dos recursos hídricos, para fins agrícolas, florestais ou mistos, desde que constituem suporte dos valores naturais a proteger.	Espaços que compreendam valores naturais e paisagísticos relevantes, com moderada sensibilidade ecológica e que desempenham funções de enquadramento das áreas de Proteção especial e das áreas de Proteção Parcial do tipo I.
Áreas de Proteção Complementar	I	Promoção de atividades rurais tradicionais, em que as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas; promoção do uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento socioeconómico; valorização das atividades tradicionais de natureza agrícola, pastoril ou florestal; promoção de atividades de animação e sensibilização ambiental e de turismo de natureza.	Obras de construção, reconstrução, ampliação, quando associadas a atividades agrícolas, pastorícias ou de Turismo de Natureza (sujeitas a aprovação da direção do PNA)	Espaços de enquadramento e de uso mais intensivo do solo, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico, com os valores naturais e paisagísticos.
	II	Manutenção e compatibilização das atividades tradicionais, que constituem o suporte dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar; fomento de ações de sensibilização e valorização ambiental, bem como de desenvolvimento local, nomeadamente atividades de turismo de natureza, recreativas e desportivas.	Obras de construção, reconstrução, ampliação, quando associadas a atividades agrícolas, pastorícias ou de Turismo de Natureza (sujeitas a aprovação da direção do PNA).	Espaços de médio valor natural e paisagístico, nos quais se verificam mais intensivos usos do solo, correspondentes a áreas agrícolas e espaços envolventes dos aglomerados rurais

¹⁹ Adaptado de Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto

Anexo III – Identificação das condicionantes na prática de atividades turísticas no PNAr



Parque Natural da Arrábida

Plano de Ordenamento
RCM nº 141/2005, de 23 de agosto

Atividades de Turismo de Natureza (Dec. Lei nº108/2009, de 15 maio)	Não existem percursos sinalizados		
Validade dos pareceres emitidos: 1 ano			
Não existem percursos sinalizados	Classes de espaço		
	Proteção Total	Áreas de Proteção Parcial	Áreas de Proteção Complementar
a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
b) Atividades de orientação;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
c) Atividades de teambuilding (constituída por uma ou mais atividades identificadas nesta tabela);	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
d) Jogos populares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
e) Montanhismo, escalada, atividades de neve, canyoning, coasteering, e espeleologia;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
f) Percursos de obstáculos com recurso a rapel, slide, pontes e similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
g) Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
i) Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segway e em outros veículos não poluentes;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tração animal e similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
l) Passeios em veículos todo o terreno;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
m) Passeios de barco, com ou sem motor;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
n) Observação de cetáceos e outros animais marinhos;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
o) Vela, remo, canoagem e atividades náuticas similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
p) Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf e atividades similares;	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio
r) Mergulho	Interdita	Parecer prévio	Parecer prévio

Notas:

-O quadro acima identifica as condicionantes existentes no regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (PNAr).

-O exercício das atividades identificadas está condicionado ao cumprimento do respetivo Plano de Ordenamento (RCM nº 141/2005, de 23 de agosto) aconselhando-se assim a sua consulta em: www.icnf.pt-Qualquer atividade de turismo de natureza necessita de estar previamente autorizada, devendo ser solicitada a emissão de "Parecer prévio", ao abrigo do Plano de Ordenamento do PNAr, devendo para o efeito preencher os impressos existentes no Sítio do ICNF, I.P.: www.icnf.pt

Anexo IV – Ficha Tipo dos Programas Turísticos**Programa X – (nome do programa)****1) Nome do Programa:** _____**2) Público-Alvo:** _____**3) Locais a Visitar:** _____**Quadro X** – Identificação dos locais a visitar e respetiva tipologia dos recursos

	Locais a Visitar	Tipologia do Recurso
1		
2		

4) Critérios de seleção dos recursos turísticos:

5) Objetivos do Programa:

6) Distância Total Percorrida: _____**6.1) Distancias Parciais:** _____**Quadro X** – Identificação das distâncias percorridas

Local (Início – Fim)	Distancia (Km)	Estradas / Caminhos

7) Tempo de duração da atividade: _____

8) Horários:**Quadro X** – Identificação dos horários e respetivas atividades do programa

Horário	Atividade	Informação Adicional

9) Época de realização da atividade:**9.1) Anual:** _____**9.2) Semanal:** _____**10) Recursos Necessários:****Quadro X** – Identificação dos recursos necessários para o programa

Humanos	Materiais	Financeiros	Técnicos	Espaciais	Temporais

11) Mapa do Programa:**11.1) Mapa Geral:****11.2) Mapas dos Percursos:****12) Características próprias do programa:**

Quadro X – Identificação dos Locais a Visitar

Locais a Visitar	Anexo

13) Orçamento:

Anexo V – Locais de Visita do Programa 1e 2

Convento da Arrábida

O Convento da Arrábida foi fundado em 1542 por Frei Martinho de Santa Maria, franciscano castelhano a quem D. João de Lencastre (1501-1571), primeiro duque de Aveiro, cedeu as terras da encosta da serra. Construído no século XVI, abrange, ao longo dos seus 25 hectares, o Convento Velho, situado na parte mais elevada da serra, o Convento Novo, localizado a meia encosta, o Jardim e o Santuário do Bom Jesus. No alto da serra, as quatro capelas, o conjunto de guaritas de veneração dos mistérios da Paixão e algumas celas escavadas nas rochas formam aquilo a que convencionou chamar-se o Convento Velho.

Anterior à construção, existia onde é hoje o Convento Velho, a Ermida da Memória, local de grandes romarias, junto da qual, durante dois anos, viveram, em celas escavadas nas rochas, os primeiros quatro frades arrábidos: Martinho de Santa Maria, Diogo de Lisboa, Francisco Pedraita e São Pedro de Alcântara.

D. Jorge de Lencastre, filho do 1º duque de Aveiro, continuou as obras mandando construir uma cerca para vedar a área do convento. Mais tarde, seu primo D. Álvaro, mandou edificar a hospedaria que lhe servia de alojamento e projetou as guaritas, na crista do monte, que ligam o convento ao sopé da montanha. Por sua vez, D. Ana Manique de Lara, nora de D. Álvaro, mandou construir duas capelas, enquanto o filho de D. Álvaro, D. António de Lencastre, mandou edificar, em 1650, o Santuário do Bom Jesus. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento, as celas e as capelas dispersas pela serra sofreram várias pilhagens e enormes estragos causados pelo abandono.

Em 1990, o seu então proprietário, Manuel de Souza Holstein Beck, vendeu o convento e a área envolvente, num total de 25 hectares, à Fundação Oriente, a única instituição, que, em seu entender, dava garantias de manter os mesmos valores com que, no século XVI. Nos dias de hoje este património continua a ser gerido pela mesma fundação, a qual possibilita visitas guiadas e outros tipos de eventos. É um local edílico e único, com uma paisagem deslumbrante sobre a serra e o mar, a qual tranquiliza a mente e alma dos seus visitantes.

Horário de visitas: 3ª a domingo, só com marcação prévia.

Percurso pedestre pelo PNAr: Convento – Portinho da Arrábida

O percurso proposto entre o convento e o Portinho da Arrábida, onde parte do percurso é realizado na mata do PNAr e outra junto à costa. Os grupos têm a oportunidade de deslumbrar enorme riqueza paisagística que o PNAr possui, por ser uma barreira entre o litoral e o interior, possuindo também vegetação exuberante, de cariz mediterrânico. As suas arribas litorais são de uma beleza ímpar, por serem uma transição abrupta entre o meio marinho e terrestre apresentando escarpas com importantes particularidades geomórficas. A Arrábida é formada por uma multiplicidade de paisagens com características raras, mesmo únicas no contexto nacional e internacional. A sua orientação voltada a sul é única na costa ocidental portuguesa e oferece uma proteção muito eficaz contra os ventos dominantes de norte. Este aspeto é responsável pela reduzida ondulação o que favorece o desenvolvimento e reprodução de muitas espécies marinhas. Este caráter único de águas calmas contribui para a existência na Arrábida de um número considerável de espécies raras em Portugal. A elevadíssima diversidade da flora e fauna marinhas é uma das suas características mais marcantes. São aqui conhecidas mais de 1.000 espécies animais e mais de uma centena de algas. A atual flora e vegetação da Arrábida constituem um património natural de valor imensurável na medida em que, no mesmo território, se verifica a convergência de três elementos florísticos: o euro-atlântico, o mediterrânico e o macaronésico. A vegetação da Arrábida constitui, assim, um exemplo raro de vegetação mediterrânica muito antiga, que, através dos tempos, foi sendo moldada pelo clima chegando aos nossos dias, através de condições ecológicas específicas, com um aspeto exuberante e surpreendente que a torna diferente de tudo o que a rodeia. A conjugação das características climáticas, geográficas e orográficas, justificam a presença de comunidades vegetais únicas a nível mundial, ricas em história evolutiva, que resultam numa paisagem vegetal excecional de elevada singularidade.

Durante o percurso será possível visualizar espécies como o carrasco (*Quercus coccifera*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o lentisco-bastardo (*Phillyrea angustifolia*), o aderno (*Phillyrea latifolia*), o zambujeiro (*Olea europaea sylvestris*), o espinheiro-preto (*Rhamnus oleoides*), o trovisco (*Daphne gnidium*), o carvalho-português (*Quercus faginea*), o sobreiro (*Quercus suber*) e o pinheiro-manso (*Pinus* pinea).

Do ponto de vista espeleológico, a Arrábida contém centenas de grutas, algumas delas excecionais pela raridade, singularidade, diversidade e beleza das formações rochosas que albergam. Será possível visualizar e entrar na Gruta da Lapa de Santa Margarida, antigo altar onde os pescadores rezavam e pediam proteção.

Museu Oceanográfico

A Fortaleza de Nossa Senhora da Arrábida, foi mandada construir, a pedido dos monges do convento da Arrábida, por D. Pedro, ainda regente, no ano 1670. Disso nos dá conta a lápide que encima o portão de entrada da fortaleza.

Dependia militarmente do Governador das Armas da Praça de Setúbal, e constituía uma autêntica guarda avançada da linha de defesa desta zona do litoral, constantemente ameaçada por ataques de corsários. De traça nitidamente seiscentista, com quatro parapeitos para o lado do mar, oferece a sua arquitetura elementos particularmente notáveis como as lápides e a pedra-de-armas da entrada. Possui uma belíssima imagem de Nossa Senhora, em pedra de lioz, de feição também seiscentista. A fortaleza esteve ativa na defesa e observação da costa até ao reinado de D. Luís; no princípio do século é arrendada a um particular e, em 1932, Sebastião da Gama (Pai do Poeta da Arrábida) adaptou o forte a pousada. Esta funcionou até 1976.

Finalmente, em 1978, foi a fortaleza entregue ao Parque Natural da Arrábida, uma vez que se situa na zona do Parque e é considerado imóvel de Interesse Público. Desde então, foram efetuadas largas obras de recuperação do imóvel e instalado o Museu Oceanográfico em 1991.

Luís Gonzaga do Nascimento

O naturalista Setubalense que dá nome a uma das salas do museu fundou esta coleção e o Museu Oceanográfico que começou por funcionar em Setúbal e se encontra agora nesta fortaleza desde 1991. Os primeiros exemplares colecionados por este naturalista datando de 1900, estão conservados em meio líquido (formol ou álcool) ou a seco onde apenas a pele do animal é mantida sendo o seu interior removido e substituído por um enchimento. Este testemunho histórico da fauna marinha da região e ao mesmo tempo do que eram os museus oceanográficos é agora recheado de outros elementos mais

modernos. Assim novos exemplares, fotografias e textos explicativos são associados aos elementos originais. Muito do interesse dos exemplares mais antigos prende-se não só com espécies que já não são encontradas como com o tamanho que alguns atingem.

Aquários

Nesta sala pode observar vários exemplares vivos da fauna e flora marinhas da costa da Arrábida, em aquários de água salgada. Nesta sala é possível encontrar uma mostra da grande variedade de formas e cores que caracterizam o ambiente subaquático da costas rochosas. Para além dos animais mais vulgares e conhecidos, repare nos pequenos organismos com formas pouco vulgares que surgem muitas vezes escondidos entre as rochas ou sobre as algas. Peixes ou outros animais bem camuflados só são visíveis depois de uma observação mais curiosa. Para muitos destes seres pode encontrar notas explicativas nos placares associados a cada aquário.

Salas a visitar

1. Sala Luís Gonzaga do Nascimento
2. Sala dos aquários
3. Sala de exposições
4. Sala de Vídeo

No museu funciona também um centro de biologia marinha do Parque natural onde são centralizados diversos estudos que envolvem outras entidades. São realizados trabalhos destinados a conhecer e proteger a costa da Arrábida.

Horário de visitas: 3^a a 6^a das 10h às 16h; Sábados das 15h às 18h. Encerra aos Domingos e feriados.

Ruínas da Fábrica Romana do Creiro

Na Serra da Arrábida, junto à Praia do Creiro, estão situadas as ruínas de uma fábrica romana de salga de peixe e um balneário. Na época romana, a riqueza em peixe e sal na foz do Rio Sado, deram origem à criação de um complexo industrial de produção de peixe salgado, centrado nas cidades de Cetóbriga (Setúbal) e Tróia, mas com pequenas unidades de produção noutros locais, como é o caso de Creiro. Esta produção de molhos e salgas, tinha dimensão para ser exportada para outras regiões do Império.

Complexo de cetárias

O sítio arqueológico foi escavado em 1987 sob a direção de Carlos Tavares da Silva. A fábrica de salga apresenta planta retangular, com 13 m de comprimento (direção ENE-WSW) e 4,6 e 4,8 de largura. Foi completamente murada e possui onze tanques e um pátio que abre para o exterior, a sul. Apresenta uma abertura de 1,4 m no lado sul, servida por soleira formada por dois grandes blocos de calcário conquífero com pequeno degrau talhado. É admissível acreditar na construção desta fábrica em meados/terceiro quartel do século I d.C. funcionando até cerca dos finais do mesmo século. Voltou a ser ocupada durante o século IV, inícios do século V e depois mais tarde, durante o século XII, com a presença de materiais marcadamente islâmicos.

Horário de visitas: aberto todos os dias, sem restrições;

Anexo VI – Ponto de Interesse do Programa 3

Palácio de Calhariz

A Casa do Calhariz é propriedade do Duque de Palmela, descendente direto de D. Francisco de Sousa (1631-1711), casado com D. Helena de Portugal para quem o palácio foi construído. Tem sido esta propriedade transmitida desde há cinco séculos até aos atuais proprietários, por via do casamento ou por herança, sem nunca ter sido objeto de um ato de venda.

Em 1483, Gil Vaz da Cunha, futuro membro do Conselho d'El-Rei compra aos herdeiros de mestre Joane, fidalgo da casa do infante de Beja, pai do que viria ser o Rei Dom Manuel, a concessão por duas vidas, pela Quinda do Calhariz, que pertence à capela de Pero Anes Lobato.

Serra do Risco

Diz a lenda que foi neste Vale do Risco que D. Afonso Henriques terá "arriscado" a divisão das suas tropas criando assim uma armadilha mortal para as tropas mouras sediadas no Castelo de Sesimbra. Por outro lado a presença da linha de horizonte da mais alta falésia sobre o mar no continente português apresenta-se como um "risco" perfeito no horizonte.

A arriba da Serra do Risco constitui o ponto mais alto da costa continental portuguesa (380 metros no Píncaro, quase a pique até ao mar), sendo a escarpa litoral calcária mais elevada da Europa. Ao contrário de outros relevos da região, esta elevação não corresponde a uma estrutura em dobra (anticlinal), mas sim a um doma. O seu aspeto distinto, especialmente quando observado de perfil, levou Sebastião da Gama a descrever a Serra do Risco desta forma: *«A serra tem o ar de uma onda que avança impetuosa e subitamente estaca e se esculpe no ar; é uma onda de pedra e mato, é o fóssil de uma onda»*.

Pedreiras da Arrábida

No caso da Serra da Arrábida, a exploração de pedreiras é uma atividade ancestral devido à elevada qualidade dos calcários que a compõe e pela proximidade de meios urbanos carenciados desse primordial material. Existem registos de exploração de calcário na zona da atual Fábrica Secil-Outão, desde meados do Séc. XVIII, tendo daí sido extraída rocha que alimentou as fábricas de cal hidráulica existentes no Vale de Alcântara, em Lisboa, cuja matéria-prima foi essencial para a reconstrução da Baixa Pombalina, após o grande terramoto de 1755. São locais onde se podem observar muito bem, as características geológicas do PNAr.

Convento de El Cármén

A Ermida de Nossa Senhora de El Cármén, que o vulgo conhece simplesmente por El Cármén, está situada na quebrada ocidental da serra da Arrábida, sobranceira ao vale da Vitória. Frei Agostinho de Santa Maria afirmou em 1721 que este Santuário foi mandado edificar por D. Madalena Giron, 2^a Duquesa de Aveiro, por volta de 1560 «em aquele sítio deserto», pela cordial e grande devoção que tinha pela Senhora do Carmo e para que «em tempo algum se duvidasse que a sua fundadora era espanhola». As afirmações do autor do Santuário Mariano, reproduzidas desde então por outros historiógrafos, não correspondem, no entanto, totalmente à realidade, porque já tinha existido nesse local uma ermida denominada da Senhora do Carmo, a qual se tomou centro de romarias quando o 1^o Duque de Aveiro, a pedido de Frei Martinho, a quem estes festejos perturbavam a sua austera reforma, conseguiu que os círios se dividissem por diferentes capelas, honrando assim Nossa Senhora não só na Igreja da Arrábida mas também nas Ermidas do Cabo Espichel e de Nossa Senhora do Carmo.

A primitiva capela era, segundo uma descrição de 1553, «redonda e oitavada, sem fresta nem alpendre, tendo um teto madeirado de castanho de olival, telhado de valado e arco cruzeiro redondo». Estava a cargo de um mordomo e as suas reparações faziam-se à custa das esmolos e da contribuição dos que trabalhavam por devoção.

A interferência da Duquesa D. Madalena de Giron na edificação da ermida consistiu, segundo cremos, na ampliação da capela e na construção de vastas instalações destinadas ao alojamento dos caçadores e suas montadas, por ocasião das caçadas na Serra da Arrábida e, ainda, às do ermitão e do capelão encarregados da sua conservação e funcionamento.

As edificações de El Carmen passaram a incluir, desde essa data, à esquerda a capela com alpendre e torre sineira; ao centro os acessos aos restantes compartimentos do edifício, de que fizeram parte, a partir de 1611, também, os alojamentos destinados aos romeiros, mandados construir pela Irmandade de Setúbal; e à direita as dependências utilizadas nas caçadas, as quais dispunham, em cima, de uma vasta sala e vários quartos e, no rés-do-chão, de uma ampla cavalaria com duas manjedouras feitas de cantaria, tendo cada uma 19,20 de comprimento.

A ermida é espaçosa, muito clara, tem púlpito e balaustrada de madeira e está dividida por um arco que, segundo Frei Agostinho de Santa Maria, ostentava as armas dos Duques de Aveiro. A Senhora de El Carmen ocupa um nicho no meio do retábulo da capela-mor que tem um só altar. É «uma imagem de roca e de vestidos ricos e tem uma proporção de pouco mais de quatro palmos». Aos lados há dois nichos: o da direita, onde esteve, até meados do século, a imagem da Mãe de Deus com o título de Nossa Senhora da Pinha e, no da esquerda, a do Menino Jesus. A imagem de Nossa Senhora da Pinha foi levada para a capela por altura de 1650 e o seu nome está ligado a uma lenda que diz que um homem ciumento, ao pretender matar a mulher com uma faca, foi impedido de o fazer com uma pinha arremessada por Nossa Senhora de uma árvore sob a qual se encontravam. O milagre foi perpetuado por uma imagem oferecida D. Maria de Faro, Duquesa do Cadaval, e é também recordada por um pinheiro existente junto da capela, conhecido por «Pinheiro da Pinha ou da Senhora», e ainda pelos vestígios (não de ruínas como se pensa) de uma ermida inacabada, da mesma invocação:

Pouco distante da dita Irmida (ElCarmen) em hum pequeno cabeça que fica entre a mesma irmida e as paredes de huma Irmida principiada para Nossa Senhora da Pinha dicerão que naquelle cabeça devia-se cravar marco.

Foi costume, também, assinalarem-se os milagres atribuídos à Senhora de El Carmen, executando desenhos alusivos na parede da sacristia da ermida. O último que se rememorou e que ainda conhecemos referia-se a um caso evocado por António Santos e tinha a data de 1791.

Os Duques de Aveiro efetuaram, tal como já se referiu, frequentes caçadas nos terrenos da coutada da serra da Arrábida em que participavam também outros fidalgos de Azeitão e a família Sousa da Quinta do Calhariz. A comitiva descansava e pernoitava nas magníficas acomodações de El Carmen e ouvia missa na ermida antes de iniciar as suas atividades de montaria.

Nos fins do século XVIII e princípios do passado viveu na capela de Nossa Senhora de El Carmen um ermitão a quem o povo das localidades vizinhas denominava o «monge de El Carmen». Era um excêntrico que se considerava profeta e em cujas predições alguns habitantes das aldeias ocidentais de Azeitão, ainda há cerca de 70 anos,

acreditavam sinceramente a ponto de afirmarem com ênfase que «aconteceu precisamente o que ouvimos contar que ele profetizara».

A imagem da Senhora de El Carmen foi sempre venerada pelos povos da vizinhança que faziam bailes e representações no terreno junto à ermida. Parece, no entanto, não terem sido sempre «tão honestas como era razão que fossem» e o Cabido de Lisboa mandou afixar na porta da igreja, em 1714, uma pastoral com pena de excomunhão e suspensão dos festejos. Mais tarde os habitantes dos casais da Serra e das Pedreiras passaram a fazer anualmente duas festividades na Capela de El Carmen, uma na quinta-feira de Ascensão e outra durante o mês de julho. Contavam-se entre as manifestações deste último festejo uma missa cantada com sermão, um arraial, um bailarico animado pelo som da flauta e da guitarra e, ainda, um piquenique acompanhado do toque da gaita-de-foles e do rufar de um tamboril.

O panorama que se desfruta do terraço da capela ou das janelas da casa adjacente à capela é, como noutros pontos elevados da serra, deslumbrante: Voltando-se o visitante para poente vê à sua esquerda uma porção de terreno menos acidentado a que dão o nome de «Vale da Vitória». Porque, segundo diz a tradição, foi ali que Afonso Henriques desbaratou os mouros após a tomada de Sesimbra. Ao sul, limitando o horizonte, ficam as escarpas da serra do Risco. Na sua frente, lá muito em baixo, avista-se o majestoso Palácio de Calhariz e o lindo pinhal manso que fica próximo. Começando a inclinar os olhos para o lado direito avista-se Sant'Ana e Sampaio; continuando com a vista a procurar o rumo norte descobre-se primeiro a serra de Cintra e depois Lisboa, o Tejo e algumas povoações da margem esquerda d'esse rio. Que lindo panorama! Observado de manhã cedo, estando a atmosfera bem límpida, deleita e encanta o espírito!

Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha

Nas águas límpidas do Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha, na fronteira entre a Serra da Arrábida e o oceano profundo, a vida marinha recupera e descansa. Esta área marinha protegida é um lugar que merece a pena conhecer, desfrutar e conservar. A paisagem e os vestígios históricos evocam as histórias de piratas, mas é na costa e no mar que se escondem os tesouros da Arrábida. O ser humano sempre soube aproveitar os “tesouros” que estas águas oferecem, pescando para a sua sobrevivência ou desenvolvendo atividades turísticas. A atual riqueza da cultura e da gastronomia local reflete esta profunda ligação com o mar. Ao longo da costa escarpada, os fundos rochosos dão lugar a baías abrigadas, a praias de areia e a grutas marinhas, onde vivem mais de mil espécies. Nas arribas e nas falésias nidificam aves e existem fósseis de pegadas de dinossauros. Tais características fazem deste lugar marinho um dos mais ricos a nível europeu. Por isso, em 1998, foi criado o Parque Marinho, incluído no Parque Natural da Arrábida, para que a vida marinha recuperasse, oferecendo um futuro melhor para a pesca e para o turismo sustentável. Nesta costa, nasceu a Oceanografia e a Biologia Marinha, em Portugal, com as campanhas do Rei D. Carlos e, mais tarde, com o contributo de investigadores de diversas universidades. A designação do Parque Marinho é uma homenagem ao Professor Luiz Saldanha que deu grande impulso ao estudo desta costa e uma das primeiras vozes a alertar para a necessidade da sua proteção. Lugares como este permitem a conservação da vida marinha, o desenvolvimento de projetos de investigação e de educação ambiental, oferecem um futuro melhor para a pesca e para o turismo sustentáveis, e promovem o desenvolvimento e a economia da região e do país.